

GZe-ditora nº12



**Cultura portuguesa e
legitimação do sistema galeguista:
historiadores e filólogos
(1880-1891)**

Elias J. Torres Feijó



Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891)

Elias J. Torres Feijó

1. Propósito:

Ao longo das seguintes páginas tentaremos mostrar como nas bases do galeguismo ocupa desde os seus inícios um lugar preferente o **reintegracionismo cultural** (e a *ameaça* do político) como alicerce da legitimidade de existir e reforço da própria identidade e da soberania cultural; nomeadamente, qual o papel que, nessa configuração, vão desempenhando determinados pensadores lusos; como também os diferentes graus com que o reintegracionismo foi apresentado e como impediu que o galeguismo nom acabasse, até hoje e pelo menos no plano cultural, definitivamente regionalizado no sistema¹ espanhol².

* ELIAS J. TORRES FEIJÓ — Faculdade de Filologia/Universidade de Santiago de Compostela.

** Este artigo foi publicado originalmente em 'Ler História', nº 36 (1999) pag. 273-318

¹ Para o conceito de sistema vid. Even-Zohar, "Polysystem Theory", *Poetics Today* 11: 1, 1990, pp. 27-96.

² Sobre este assunto e época, e dumha perspectiva de conjunto, tenhem trabalhado, entre outros, Pilar Vázquez Cuesta, ("Portugal e nós", *A Trabe de Ouro*, 6, 1991, pp. 191-203 e "Portugal-Galicia, Galicia-Portugal: un diálogo asimétrico", *Colóquio/Letras*, 137-138, 1995, pp. 5-20) Ramón Villares ("As relacións da Galiza con Portugal na época contemporánea", *Grial*, 81, 1983, pp. 301-314) e Núñez Seixas "Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas", *Grial*, 113, 1992, pp. 61-77, reproduzido em *Penélope*, 11, 1993, pp. 67-81). A minha Tese de Doutoramento, inédita, *A Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através*

2. A precariedade do sistema galeguista

O sistema cultural galeguista funcionou em condições de extrema precariedade durante muitos anos; ainda hoje nom podemos propriamente falar dum sistema cultural autónomo.

Na fase inicial do regionalismo, década de 1880, essa precariedade estende-se a todas as partes do sistema (utentes, mercado, instituições, repertório utilizado, etc.). Como refere Alonso Montero³:

Resultaría pueril buscar en este período libros científicos, periódicos diarios, grandes tratados históricos o ensayos críticos. Hasta los más entusiastas redactaban sus cartas en castellano.⁴

O mercado é quase inexistente; algumas revistas e associações efémeras ou pouco actuanes som toda a sua institucionalizaçom; a língua própria da Galiza está fortemente castelhanizada⁵ e ausente de qual-quer âmbito público; os seus falantes, que nom pertencem aos sectores sociais que nutrem as magras fileiras do galeguismo, som na maior parte analfabetos. Era assim difícil reconhecer umha comunidade lingüística com um Portugal longínquo; além do mais: só em meados da década de oitenta, e muito lentamente, vai ser conhecido o prestigiado património comum dos Cancioneiros medievais. As tentativas de recuperaçom enfrentavam o auto-ódio dumha populaçom habituada a sentir o galego como um dialecto do espanhol ou como um linguajar rústico e inútil, cuja reivindicaçom, aliás, era crime lesa-progresso e contra a unidade pátria espanhola. Mesquinha bagage, certamente.

das revistas literárias, Universidade de Santiago de Compostela, 3 vols., 1996, foca principalmente o período 1888-1907.

³ *Constitución del gallego en lengua literaria*, Lugo, ed. Celta, 1970, p. 27

⁴ A situaçom nom ia melhorar nos anos seguintes. Cfr. os dados recolhidos polo regionalista liberal Carré Aldao na *Revista Gallega* (n°199, 1 Nov. 1899).

⁵ Como se verá o uso idioma galego por parte dos galeguistas era pouco (principal exemplo do que denomino défices projectivos ou elementos programáticos dum sector, aqui o galeguista, cuja prática pode ver-se dificultada ou impedida por motivos tácticos, políticos, económicos, sociais etc.), deturpado e castelhanizado. Apesar disso e da complexidade, nem sempre etimológica, da ortografia portuguesa, uns e outros sentiam os seus códigos como pertencentes à mesma língua.

2.1. Os cavalos de Tróia

Mas alguns desses “males” estão na raiz do movimento: nem todos os grupos postulavam a suficiência sistémica, pretendendo alguns um subsistema galego do sistema espanhol, como periferia ou como construto da unidade superior. De entre estas atitudes salienta-se a que designo de “cavalos de Tróia”: intelectuais postuladores da subalternidade que, colocados no sistema espanhol, se reclamam igualmente pertencentes ao galego e até dele líderes, e cujas críticas aumentam ao ritmo dos tímidos avanços autonomistas. Pardo Bazán é a representante mais característica dessa atitude, e o seu melhor compêndio *De mi tierra* (1888), livro onde, no que di respeito ao caso que tratamos, defende a literatura espanhola (referente de oposição galeguista) como superior à portuguesa (referente de reintegração⁶), e em que combate “lo que en el terreno político representa la literatura regional” e manifesta as suas “dudas acerca de su *utilidad y porvenir*”, provocadas por:

- 1.^a Lo mucho que complica el estudio y conocimiento de una literatura nacional su división en varias lenguas.-2.^a La limitada esfera de acción que corresponde á las obras literarias cuando sólo pueden ser debidamente apreciadas en un territorio circunscrito y dependiente.-3.^a El carácter arqueológico de los renacimientos regionales.4.^a Su forzoso exclusivismo y condición en cierto modo negativa.5.^a El impulso inevitable de toda nacionalidad á extinguir los dialectos y á que prevalezca el más perfecto y general de entre ellos, que constituye la lengua patria⁷.

⁶ Para o desenvolvimento dos conceitos “referente de oposição” e “referente de reintegração”, cfr., por exemplo, J. G. Beramendi, “El Partido Galleguista y poco más” in *Los Nacionalismos en la España de la II República*, Justo G. Beramendi e R. Máiz, (comps.), Madrid, Siglo Veintiuno, 1991.

⁷ “La Poesía Regional Gallega”, “Discurso presidencial, leído en la Velada que, para honrar la memoria de Rosalía Castro, ha celebrado el Liceo de Artesanos de la Coruña, el día 2 de Septiembre de 1885” (que, diga-se de passagem, mais parece o combate a qualquer possibilidade separatista do que elogio à poeta), in *De mi Tierra*, A Coruña, Tip. de la Casa de la Misericordia, 1888; reimp. Vigo, ed. Xerais 1988, pp. 11-50. As cits. correspondem às pp. 17 e 43 respectivamente.

Pardo Bazán, cujo prestígio e influência tornavam-na quase inatacável, pedirá, enfim, ao poeta galego “que sus versos parezcan pensados y sentidos por un aldeano; ó, al menos, que no haya en ellos cosa que contraste ó desafine de chocante modo, ni donde el escritor urbano, que lee periódicos y discute en cafés, asome la punta de la oreja”⁸. Para tudo o mais lá estava o sistema espanhol⁹.

O carácter *essencialista* de muita da produção regionalista colocava o sistema numha importante fraqueza competitiva a respeito do seu referente de oposição. O repertório galeguista privilegiado por alguns escritores era extremamente conservador, reagindo a toda a inovação, e ficava ainda reduzido nas suas possibilidades expansivas, dada a centralidade que o elemento folclorizante (humor, costumes, etc.) ocupava.

O galeguista Pardo Becerra sintetiza em 1889 esta situação:

E unha proba crara e completa de qu’o linguaxe gallego non s’hacha n-o seu estado natural, é a falla d’obras que sirvan de verdadeira instrución. É certo qu’a poesía gallega, d’un tempo á esta parte, adquiriu grande vò, pro esto mesmo, este intrés soilo pol-a poesía, y en particular pol-a humorística, ê causa de que moitos non lle dian ô gallego a estima que lle corresponde¹⁰.

3. À procura da legitimação: cultura, história e política no movimento galeguista, um sistema sitiado

A diversidade de perspectivas sobre o que o regionalismo cultural devia ser, estava naturalmente interrelacionada (nem sempre de maneira linear) com as políticas. No caso de grupos reivindicadores de especificidades, sobretudo nacionalitárias, ressalta com maior evidência a interação entre os campos cultural e o do poder e o espaço

⁸ Pardo Bazán, “El olor de la tierra”, p. 50 texto em que se defende a poética do galego Lamas Carvajal frente a outras manifestações galeguistas (in *De mi Tierra*, pp 51-65).

⁹ P. Bazán nom está sozinha...; na galeguista revista *Galicia*, aparece em Junho de 1888 um artigo de J. de Arévalo, antirregionalista, a elogiar a sua posição.

¹⁰ *A Monteiro*, número 4, de 26 de Outubro de 1889.

social¹¹, e o *locus* privilegiado¹² que as manifestações culturais ocupam quando interditos os objectivos políticos, sociais, económicos, etc. (e politicamente o panorama era ainda mais desolador salvo contadas excepções, entre as quais alguma fraca organização política e algum vereador na Cámara de Santiago de Compostela). Vejamos como Ramón Máiz apresenta a questom¹³:

A cultura entendida (...) como auténtico ‘espírito do pobo’ historicamente cristalizado, baixo o influxo do posromantismo, conleva todo un amplo abano de elementos que rebasan con moito o seu campo orixinário para se proxectar nunha perspectiva nacionalitária mais ampla, de potenciación e explicitación dos elementos diferenciais que integrarán o substrato sobre o que se erguerá a conciencia nacional, en toda a sua dimensión articulante político-ideolóxica (...)

Os elementos culturais non deben ser reducidos de nengun xeito a mera inmadurez pre-política do rexionalismo, simple etapa mecanicamente precedente á mobilización política. Pola contra, suministrarán ao mesmo tempo o núcleo fundamentador da Galiza como comunidade diferenciada, a matriz agregadora desa comunidade por riba das diferenzas internas, desenvolvendo unha funcionalidade directamente xenético-nacionalitária.

(...) En definitiva, o rexionalismo (...) vai constituir unha específica síntese de elementos culturais e políticos diversos (...). Neste orde de cousas, a funcionalidade desempeñada polos Xogos Florais no conxunto do movemento rexionalista resulta paradigmática de todo o devandito (p. 44).

Tamém costuma ser comum aos movementos identitários a sua vontade de legitimar-se (de “ter -a- razom”), tanto internamente como tamém perante o seu referente de oposición, o qual asentava, para o galeguismo,

¹¹ Para os conceptos de campo literário, campo do poder e espaço social vid. P. Bourdieu, “Le champ littéraire”, *Actes de la Recherche dans Sciences Sociales*, n° 89, Setembro: 4-46, 1991.

¹² Cfr., por exemplo, as primeiras palabras transcritas de Pardo Bazán.

¹³ Ramón Máiz, *O rexionalismo galego: organización e ideoloxía (1886-1907)*. A Corunha, Ed. do Castro, 1984, p.44.

na defesa dumha histórica especificidade da nação galega, como indica Beramendi¹⁴:

Desde unha perspectiva orgánico-historicista (...) a historicidade funciona (...) en primeiro lugar, como criterio de verdade da existencia da nación galega (...). Definida a nación en xeral como organismo étnico xerado pola historia, abonda constatar a antigüidade da etnia galega para que fique demostrado que Galicia é nación. [...]

[...] En segundo lugar, a historicidade actua como un dos fundamentos principais da lexitimidade das reivindicacións nacionais e do propio movemento nacionalista (p. 201 a 205).

Legitimar-se num passado quase desconhecido levará a invenções motivo de troça; explorar mitos para preencher o imaginário nacional será recebido como um disparate quando todos os Estados-nação da época já os tinham incorporado e neutralizado como elementos da maior naturalidade.

Nom é raro surdirem problemas fundamentais de situação e definição a respeito do sistema espanhol, provocando o conflito quanto ao grau de autonomia desejado; isto, aliás, no caso galeguista, abrirá umha importante frente de debate: se nom se configurar como um subsistema do espanhol mas como autónomo, a autonomia pode ter como hipótese conseqüente o seu relacionamento com o sistema português até se transformar num único sistema intercultural.

Das três correntes que actuan no regionalismo desta época (e que nela conhecem um relativo grau de unidade de princípios¹⁵), a tradicionalista, a federalista e a liberal, apenas esta última, concentrada em volta de Manuel Murguía e, polo menos no campo cultural, a mais vigorosa e germe do futuro Nacionalismo Galego, vai trabalhar na procura da soberania sistémica galega¹⁶; para isso, provocará conti-

¹⁴ In “A visión de Galicia na historiografía galeguista (1840-1940)”, *Colóquio/Letras*, 137-8, Jun-Dez. 1995, pp. 201-205, p. 201.

¹⁵ Cfr. Ramón Máiz, *op. cit.* E tamém a síntese oferecida por Justo G. Beramendi na sua Introdução à edição de *Galicia* de M. Murguía, Ed. Xerais, Vigo, 1982, onde se refere ao moderantismo de Murguía tras a experiência da Primeira República espanhola e à debilidade das forças regionalistas.

¹⁶ Nem o tradicionalismo de Alfredo Brañas, vinculado por vezes ao carlismo, nem o federorregionalismo, representado polo luguês Aureliano Pereira, postularom a auto-suficiência sistémica da cultura galega; contra o que pudesse parecer e também

nuadamente o debate, fazendo passar a filologia e a historiografia (e a mitografia) para primeiro plano da sua actividade. “Galicia busca en la historia la legitimidad de sus nuevas aspiraciones. Por eso los primeros regionalistas fueron los historiadores”, afirmará o próprio Murguia¹⁷.

Sistema sitiado, cuja comunicação com o resto do mundo é feita quase necessariamente através do sistema espanhol (perante o qual os seus inimigos ou o colocam como inútil, ou entom tentam reduzi-lo à marginalidade), procura em investigações e clássicos lusos um dique de contenção: partilhando etnia e língua com Portugal, se o português nom pode ser impugnado como sistema (o que nem sempre será dado assente para alguns...), tampouco o sistema galeguista. O Portugal soberano é arma de arremesso galeguista frente ao unitarismo espanhol e as identidades que a Galiza mantém com ele abrem a possibilidade de aquela acabar unida cultural e até politicamente a Portugal; isto constituirá, genericamente, o “perigo português”¹⁸.

4. A origem do *perigo português*: T. Braga vs. E. Castelar

(e um jovem Leite de Vasconcelos); primeiras conseqüências

A fonte do *perigo* foi muito possivelmente o *Parnaso Portuguez Moderno* de Teófilo Braga¹⁹, que o polígrafo deu à luz em 1877 e cujo assunto é a nacionalidade étnico-literária galego-luso-brasileira (“Portugal, Galliza e Brazil tão separados pelas vicissitudes politicas, conservam ainda inteira a sua unidade ethnica na tradição litterária”)²⁰.

contra a opinião de algum com justiça reconhecido historiador (por exemplo Ramón Máiz na sua magnífica obra sobre o regionalismo galego) os federorregionalistas nunca admitiram pôr em causa a unidade sistémica espanhola.

¹⁷ “Ligeras observaciones al discurso leído por el señor D. Antonio Sánchez Moguel en su recepción en la Real Academia de la Historia, de Madrid, el 8 de Diciembre de 1888”. *Galicia*, número 4 de Abril de 1889, p. 238.

¹⁸ O termo “perigo português” cunhou-no Castelar em *Sempre em Galiza* (vid. *Obra Completa*, t. II, Madrid, 1976, p. 293), como resposta galeguista ao “perigo espanhol”, eventual ameaça da Espanha à soberania portuguesa; como “peligro” aparece, em 1889, em palavras de Murguia; como possibilidade galeguista de *passar-se a Portugal*, já em Teófilo Braga e em toda a década de 80 do século passado, como veremos.

¹⁹ Francisco Arthur da Silva editor, Lisboa.

²⁰ T, Braga. *op. cit.* p. LIX.

Braga considera a Galiza “um fragmento de Portugal, que ficou fóra do progresso de nacionalidade”, e que, “apesar de todos os esforços da desmembração politica”, “não deixou de influir nas formas da sociedade e da litteratura portugueza”²¹.

E, ao combater o estereótipo²² galego em Portugal, que atribui a umha perda de memória histórica dos portugueses, é ainda mais definitivo²³:

As povoações do Alemtejo chamam *gallegos* a todos os moradores do Ribatejo, pela transmissão inconsciente de uma tradição perdida. Isto bastará para explicar o assombro que deve causar aos conterraneos o vêrem a poesia moderna gallega ocupando um lugar devido ao lado da poesia portugueza, como uma das suas formas arcaicas; seguimos o vigoroso criterio scientifico, deixando as preocupações vulgares.

Pelo estudo da poesia gallega, é que se podem comprehender as formas do lyrismo portuguez; e a desmembração d’esse territorio, que ethnicamente nos pertence tem permanecido para nós extranho durante tantos seculos, é que prova a falta absoluta de plano na nossa vida politica. A verdadeira origem da tradição lyrica da Galliza está ligada á sua constituição ethnica; [...]

Para Teófilo²⁴:

O afastamento da Galliza de Portugal provém do esquecimento da tradição nacional e da falta de plano politico em todos os que nos tem governado. Em Portugal o espirito moderno penetra, mas ainda, é considerado como revolucionario. Na Galliza o estudo da tradição começou já.

Nom todas estas ideias eram perfeitamente originais no ambiente cultural da época; tinham antecedentes na historiografia romántica galeguista, particularmente em Benito Vicetto e Manuel Murguia, que,

²¹ *Ibidem.*, p. XXXVI.

²² Para os modos de funcionamento do estereótipo, cfr. A.M. Machado e D-H. Pageaux, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa, ed. 70, s/d.

²³ *Ibidem.*, p. XXVIII.

²⁴ *Ibidem.*, p.LX.

como bem assinala o Professor Villares, serám “os que propugnen, pola vía da confirmación histórica, situar ao país lusitano no conxunto de rasgos definidores do incipiente rexionalismo e posterior nacionalismo, ao carón do celtismo e do atlantismo, e, máis en concreto, de Bretaña e Irlanda”²⁵.

A Murguia aludiremos mais adiante. Quanto a Vicetto, convém indicar que na sua fundacional *Historia de Galicia* (1865-1874) afirma que “debimos ser portugueses antes que españoles”, acrescentando²⁶:

aún hoy, no sólo en la historia, sino en nuestro modo de ser político, las simpatías de todo buen gallego tienden más a Portugal que a España: a Portugal, nuestros hermanos, nuestra raza, o a España que nos rechaza y que nosotros rechazamos a nuestra vez.

Ora, que saibamos, era a do *Parnaso* a primeira vez que um historiador e político lusitano defendia a unidade étnico-literária colocando a Galiza numha área diferente da espanhola. Eis o *perigo português*; *perigo*, que nom passará despercebido nos ambientes espanholistas.

A primeira contestação que conhecemos produz-se nada menos que no prólogo às *Follas Novas* de Rosalia de Castro, isto é, desde o sistema regionalista, e nada menos que por Emilio Castelar. Era lógico que o já afamado líder federalista (tamém em Portugal) e apreciador das letras noutras línguas desse mesmo Estado, fosse chamado para legitimar a produção rosaliana e, em geral, a galega, e para justificar politicamente as ideias autonomistas. Assim fará, mas reservando para o final o seguinte trecho lapidar, pondo em termos de *perigo* as palavras de Braga²⁷:

Los dolores de Galicia hablan por boca de Rosalía, y los hombres de Estado, los que han tenido el Gobierno en sus manos, que hoy lo tienen, los que mañana pueden volver a

²⁵ R. Villares, *op. cit.*, p. 305.

²⁶ Vicetto, *Historia de Galicia*, Lugo, Alvarellos, 1978 (reprod. facs. da ed. de Ferrol: Nicasio Taxonera, 1865), pp.136-7.

²⁷ Prólogo a *Follas Novas*; citamos pela edição de 1933. Imprensa de J. Pueyo Luna, Madrid.

tenerlo, necesitan, heridos por voces tan dulces como ésta, averiguar la cantidad de satisfacciones que deben darse a las justas exigencias de esas provincias y el remedio que puede colegirse entre todos para sus antiguos e inveterados males. No olvidemos que hace poco un escritor insigne del vecino reino trazaba una especie de nacionalidad literaria compuesta por portugueses, brasileños y gallegos. Estas cosas podían pasar por juegos de la imaginación cuando no habían transcurrido horribles crisis, y no se habían visto ciertas tendencias que podrían reaparecer mañana, ora bajo la bandera del absolutismo, ora bajo la bandera de la demagogia, que tantos desastres han derramado en nuestros territorios y tantas amarguras en nuestros corazones. Para matar el provincialismo exagerado no hay medio como satisfacer las justas exigencias provinciales. No olvidemos que muchas de nuestras regiones, como Galicia, por ejemplo, tienen brillantísima literatura propia, la cual, respondiendo a una ley de la vida, a la ley de variedad, debe coexistir, sin daño de la patria, mayor a medida que crecen sus hijos y se fortifican los órganos que componen su cuerpo y se abrillantan las estrellas que pueblan su cielo. Rosalía, por sus libros de versos gallegos, es un astro de primera magnitud en los vastos horizontes del arte español.

Como já anotámos noutro lugar²⁸ Castelar será um antecedente de outros intelectuais que mostravam interesse pola literatura galeguista, entre outras cousas para que esta nom significasse uma ruptura com o sistema espanhol. Os seus comentários vam ter fortuna: tanto para justificar a legitimidade literária regionalista como para serem censurados polos seus objetivos²⁹.

²⁸ “Norma Lingüística e (inter-)sistema cultural. O caso galego”, *Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera — Primer Encuentro de Lusitanistas Españoles*, Cáceres, Univ. de Extremadura, 2000, II, pp.967-996.

²⁹ Por exemplo, n’*A Gaita Gallega* (Havana, 1885-1889) escreve um dos seus directores, Lúgris Freire (futuro elemento do grupo liberal corunhês) “A Fala Gallega”, onde, para mostrar a importância que, a seu juízo, atingiu a literatura galeguista, traduz o trecho que Castelar dedicara a Teófilo Braga no prólogo às *Follas Novas*, mas sem fazer qualquer alusom ao *perigo português*, o que é curioso porque nom era exactamente o renascimento galego o que tinha motivado as palavras de Castelar. Para argumentar a antigüidade da língua a respeito da castelhana, recorre em todo o momento à doutrina do reintegracionista Antonio de la Iglesia em *El Idioma*

Sirva como exemplo o de Arias Sanjurjo, cuja valorizaçom sobre as *Follas Novas* ocupa a primeira página do número 512 de 23 de Novembro de 1880 da *Gaceta de Galicia. Diario de Santiago*. Aludindo  unidade galego-portuguesa de “habla, costumbres, topografía y producciones”, convida a considerar a reintegraçom lingstica e literária da Galiza na lusofonia³⁰, previne-se contra ataques de separatismo e defende a legitimidade galeguista e o reintegracionismo cultural, colocando a Galiza como meio de uniom entre os dous estados peninsulares, umha das fórmulas mais reiteradas polo galeguismo para defender a sua pertinncia:

(...) nos apresuramos  llamar la atención de los literatos para que estudien si será  no conveniente depurar y enriquecer el ptrio dialecto, poniéndolo en contacto con el idioma lusitano  fin de que le preste su nrvio, flexibilidad y galanura.

(...) Algunos espíritus suspicaces, (...) son irreconciliables enemigos de las literaturas regionales, tras de las cuales creen que se oculta siempre el rojo y siniestro espectro del federalismo con todas sus terroríficas consecuencias (...).

Nada tiene por tanto de alarmante para la unidad de la nación,  la cual todos profesamos fervoroso culto, la literatura que cultiva con tan brillante éxito la distinguida escritora (...).

Por el contrario, la literatura gallega, por su semejanza y analogía con la lusitana, puede ser tildada de facilitar la solución de problemas unitarios: mas nunca de entranar propósitos y tendencias separatistas. Al ponernos en contacto con Portugal y al aproximarnos  l adelantará en el reloj del tiempo la

Gallego. Su Antigüedad y vida: a base de autores portugueses  abundante, Miguel Leito, João Bonança e Teófilo Braga entre eles, sem esquecer Cames, *galeguizado* por orixe e lngua. Lugris defende, “polo menos” a independncia literária:

“[...] Nosoutros que non puidemos, ou non quixemos levar a trmo a nosa independencia, fundemos pol-o menos unha literatura independente”. -(Nom podemos precisar a data do artigo que Lugris: em nota-de-rodapé  sua reproduçom nas suas *Soidades* (1894), afirma ter sido publicado ent Novembro de 1885. Pola bibliografia que inclui (a citaçom por exemplo de *El Idioma Gallego* que  de 1886) ou bem alterou em parte o seu conteúdo, ou bem o livro de A. de la Iglesia era por ele conhecido ou, ainda, erra o próprio autor.

³⁰ Este reintegracionismo era defendido noutros artigos pola mesma época; cfr. Balbn de Unquera, “El portugus y el gallego”, *La Ilustración Gallega y Asturiana* (revista co-dirigida por Murguía), 25 de Agosto de 1881, pp 315- 316.

suspirada hora que con indecible ansiedad esperan, hace largo tiempo, todos los buenos peninsulares. Esto constituye su mayor título de gloria³¹.

Um ano depois, o jovem José Leite de Vasconcelos, vai, doutra óptica, aprofundar o mesmo assunto que Teófilo, com um texto, publicado em 1881³² no Porto como homenagem a Calderón de la Barca falecido dous séculos antes, que, intitulado “À Galliza”, constitui um duro ataque à “Hispanha” a que Calderón pertence e umha defesa dos galegos perante o desprezo dos seus compatriícios:

Assim como, segundo a theoria da evolução, o homem-animal se esqueceu de que sahira lentamente dos mammiferos simianos, tambem muitas vezes o homem-social perdeu a lembrança da sua origem ethnica. (...) Achamos o mesmo esquecimento no facto que se dá entre Portuguezes e Gallegos. Sabe-se que para Portugal o nome *gallego* é uma irrisão.

Desse seu objectivo dignificador nom se safa a máxima glória nacional:

O proprio Camões, apesar de descendente de uma familia da Galliza, não se pejou de dizer ao povo da sua procedencia: Oh sordidos galegos, duro bando.

Por erudito caminho, Leite vai desde as “Gallaecias lucense e bracharense”, até Afonso Henriques, indicando a Galiza alargar-se na altura até ao Mondego e assegurando que “da parte dos Portucalenses ha até uma tendencia a integrarem-se com os Gallegos” para afirmar:

Houve sempre uma influencia reciproca entre os dois povos do Occidente da Hispanha. O gallego, como demonstra a

³¹ Este papel de “enlace” será muitas vezes argumentado polo galeguismo (Galiza é a chave entre o Estado Espanhol e Portugal argüirá Castela nas Cortes Republicanas), o que singularizava a especificidade galega e a sua imprescindibilidade para o “ideal ibérico”. Em troca, Espanha devia atender as suas reivindicações para, precisamente, poder cumprir Galiza essa função.

³² Impresso na Typographia Nacional do Porto em 1881, foi publicado pela revista *Grial*, 56, 1977, pp.233 a 236.

philologia romanica, é um dialecto portuguez(...). Em gallego poetáram muitos dos collaboradores do *Cancioneiro da Vaticana*.

Firmada a identidade etno-cultural e desqualificada a desqualificação, aponta como hipótese política a federação luso-galaica frente à da união ibérica, centro do debate político peninsular:

Se existe, pois, tal analogia entre Portugal e Galliza, analogia que tão bem pôde traduzir-se numa federação, se o curso das ideias, em vez de levar a utopias monarchicas de união ibérica prejudiciaes para nós, guiar os animos num certo sentido; se nós vemos as populações da Galliza emigrarem constantemente para cá, offerecendo-nos os seus braços em qualquer ordem de trabalhos: porque é esse opprobrio infame e arremessado às faces dos nossos irmãos?

E conclui, solenemente:

Aproveitando a ocasião do 2.º centenario calderoneano, em que os povos peninsulares, conforme ha pouco fizeram a Camões, se aggregão para commemorar a memoria de um espirito illustre (...) venho, perante a Geographia, a Historia, a Ethnographia e a Moral, protestar solemnemente contra o falso preconceito portuguez que liga ao nome gallego uma significação affrontosa. Espero que a imprensa illustrada do paiz cor-responda a este apêllo”.

Esse era pois parte do contributo do entom aluno da Academia Politécnica para a comemoração. Parte, porque ainda incluía um poema onde reiterava, agora poeticamente, os tópicos do texto precedente sobre a Galiza, criadora da expressom lírica mais pura e inigualável da Península, irmã de Portugal:

Porque te insultão, lyra das Hispanhas?/ Pois não ouvem o grito do Alaláaa/ Que os Gallegos entoão nas montanhas?/ E que cantiga harmonica o eguala?/ Porque atira teus filhos ao desprêso/ Quem sente n'alma o mesmo lume acceso?

(...)Quem tem os mesmos usos quotidianos,/ Na mesma lingua
sólta eguaes canções?/ -Herdeiros dos valentes lusitanos,/ Não
differem as nossas tradições:/ Antes no campo bellico da Historia/
Possuimos equal quinhão de glória.

Manifestando, por fim, a intençom de um dia recontrar-se, arredados do
referente comum de oposiçom:

Jamais o opprobio desleal e baixo/ Sobre o nome gallego,
nosso irmão!/ A Justiça levanta o vivo facho/ Da federal e ehtnica
união:/ Separados da Hispanha, em dia novo,/ Outra vez
formaremos um só povo!³³

Nom conhecemos qualquer reacçom a este *acrécimo de perigo*; a ser assim,
explica-se talvez pola pouca difusom do texto e por ainda Leite nom ser
pessoa de relevo nos meios intelectuais. Mas o que é evidente é o magistério
de Teófilo...

5. T. Braga, figura central no sistema galeguista. A crítica de Pardo Bazán

Em 1885 vem a lume o primeiro volume do *Cancionero Popular gallego*,
coleccionado por José Pérez Ballesteros. A pertença de Braga como sócio de
honra à galega Sociedad de Folk-lore (que fundara e a que presidia Pardo
Bazán...) e o seu prestígio explicam a sua presença como prefaciador do livro,
em que trata do significado das tradiçoms populares para os povos e em
concreto para a Galiza³⁴,

a provincia mais duramente submettida á unidade politica e
mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ella resiste

³³ O jovem estudante acompanhava as liçons do mestre Teófilo. O poema é precedido por um paratexto (“Como unha queixa que leva o vento,/ Cal un suspiro qu’o peito Barda”) de *Espiñas, follas e froes* de Lamas Carvajal que, quase com toda a segurança podemos asseverar que nom possuía. Se os versos de Lamas que transcreverá nos seus “Estudos de Philologia Galega” parecem tomados de fonte mais directa esta outra citaçom parece efeito do *Parnazo Portuguez Moderno*, em que, na selecçom de poesias em galego, transcreve o polígrafo estes versos.

³⁴ T. Braga, “Prólogo” ao *Cancionero Popular gallego*, Bibl. de las Tradiciones Populares Españolas, Madrid, 1885, pp. IX-X.

pela sua tradição lyrica, em que conserva a sua feição ethnica e esse espirito local a que chama soidade, especie de nostalgia que em Madrid se denomina morrinha gallega. (...)

En relação á nacionalidade portugueza, a Galliza é um fragmento que ficou de fóra da integração politica de um Estado gallecio-portuguez (...) A Galliza seguiu a sorte da unificação asturo-leoneza, perdendo cada vez mais os seus elementos de cultura e de vida nacional. (...) A Galliza nunca mais saiu da sua situação subalterna, decahindo sucessivamente.

E, páginas adiante, conclui³⁵

Um grande numero de Anexins, Parlendas e Superstições, semelhantes nos dois paizes, accusam a sua antiga unidade ethnica quebrada pela boçalidade egoista de uma politica sem plano. A obra do snr. Ballesteros é a primeira pedra para a reconstrução d'este primeiro monumento da cultura entre as nacionalidades de Espanha.

Era em Setembro desse mesmo ano quando Pardo Bazán defendia a supremazia da literatura espanhola sobre a portuguesa. A condessa manifestava, como os regionalistas, poderem a Galiza e Portugal ser considerados “un país mismo”, destinados “à completarse moralmente” como a Catalunha e as Baleares, ainda que depois convertia subliminarmente Portugal em parte de Espanha: “Cuando Portugal se alza y señorea el Océano - lo mismo que si al negar con su voluntad la nacionalidad española, quisiese afirmarla con sus hazañas, Galicia se anula”.

E, face ao passado, concedia até que, como defendiam sectores galeguistas:

No es posible dudar que la literatura gallega, á no ahogarla en su adolescencia acontecimientos y vicisitudes políticas, hubiera sido lo que fué la de Portugal, en la cual hay que ver el cumplido desarrollo de un gérmen galáico³⁶.

A Galiza parecia sobrancear Portugal; podia mesmo reclamar as glórias lusas, já nom pola orixe galega do “tuerto *ilustre* colocado por

³⁵ *Idem*, XLV.

³⁶ P. Bazán, *op. cit.*, p. 26-27.

los portugueses á la cabeza de su literatura, allí donde los españoles ponemos al manco *inmortal*”, mas por o português derivar do galego. Enfim que nom todo o património português era dele exclusivo, faltando, para cúmulo, ao idioma luso, “la amplitud, nobleza, entereza, valiente musculatura y sana complexión del castellano, ofreciendo solamente en correspondencia una mimosa molicie, una modulación variada y expresiva, y cierto humorismo irónico que distingue también al gallego”³⁷. Nom eram palavras dumha galeguista a defender o sistema luso-galaico, mas dumha espanholista a defender a prioridade espanhola e a combater a autossuficiência portuguesa. E, se, polos vistos, o sistema português nom era autossuficiente, lá iam as pretensons galeguistas...

Nessa altura a condessa desconhecia mui possivelmente o prólogo do, desde 1880, seu amigo Teófilo. Mas a ele replicará em *De mi Tierra*, num artigo sobre *El Cancionero Popular Gallego*: nem há nacionalidades em Espanha nem pensa que o parentesco galego-português vá além dessa mesma constataçom³⁸:

[...] que no hay *nacionalidades peninsulares*, ni quiera Dios que se sueñe en haberlas, ni permita, si llega este caso inverosímil, que lo vean mis ojos. Ahora añado que la opinión anterior no me impide estimar cumplidamente la genialidad propia de cada país, ni deleitarme muchísimo con las poesías regionales, si son bonitas, ni reconocer gustosa el parentesco de consanguinidad que existe entre Galicia y Portugal.

¿[...] pero lo del *renacimiento* lo entenderemos de la misma manera la fundadora y la Junta directiva del Folk-lore [de que Teófilo era membro de honra], y mi disolvente y sapientísimo amigo Braga? Apostaría que no.

Ganharia, decerto.

Assim as cousas, em 1886 sai umha obra de importância capital para todo o processo de legitimaçom galeguista, de alargada repercussom na época; trata-se de *El Idioma Gallego. Su antigüedad*

³⁷ *Ibidem*, p. 28. Sublinhado nosso: de *ilustre* a *inmortal* há muita caminhada; a ima-gem anatómica nom é nova. Lembra precisamente uma célebre frase do *inmortal* Cervantes sobre a língua do *ilustre* Camões; a mesma que anos mais tarde Miguel de Unamuno vai utilizar na entrevista que António Ferro lhe fijo para o *Diário de Notícias*.

³⁸ *Ibidem*, p. 100-101.

y vida, na Biblioteca Gallega, dirigida polo regionalista liberal Martínez Salazar³⁹.

A tese do compilador é serem Galego e Portuguêz umha mesma língua, defendendo o recurso a Portugal para preencher o vazio que supõem para a Galiza os chamados Séculos Obscuros⁴⁰ (nom faltando a *apropriação* de Camões⁴¹).

Em *El Idioma Gallego* salientam-se os textos medievais, e neles a mão de Teófilo. Várias cartas, cruzadas entre ambos de Setembro de 1885 a Junho de 1886, já publicado *El Idioma*, exumadas pola Professora Teresa López⁴², testemunham-no. De facto, em várias partes do livro De la Iglesia dirige a Braga, “á quien tanto deben literariamente Portugal y Galicia”, palavras de apreso e gratitude:

Somos deudores de mucho los gallegos á este literato, sabio mitólogo del reino vecino, deudores en particular nosotros, por los datos y documentos que con la mayor galantería y complacencia se ha dignado facilitarnos para los presentes estudios⁴³.

³⁹ Antonio de la Iglesia: *El Idioma gallego.- su antigüedad y vida*, A Corunha, Latorre y Martínez, 1886.

⁴⁰ *Ibidem*, vol. III, pp.256-258

⁴¹ *Ibidem*, vol. I, pp.100-101. É de notar que a *apropriação* de clássicos portugueses por parte destes regionalistas nom se detinha na fronteira do passado comum medieval, porque desaparecida a produção literária na língua própria do território galego. Mui polo contrário, ela alarga-se com igual legitimidade a Camões; e nem aí se detém, em virtude da afirmação do sistema interliterário luso-galaico.

⁴² Teresa López Fernández, *Névoas de Antano. Ecos dos Cancioneiros galego-portugueses no século XIX*, Santiago de Compostela, Laidovento, 1991, p. 80.

Por António de la Iglesia conhecerá Braga a novíssima “Biblioteca Gallega”, e contactará com os seus promotores, o que, em opinião de López (*op. cit.*, p. 81), “servirá ainda que en pequena medida e unilateralmente, para tentar achegar a producción intelectual entre ambos os dous países e contribuir ao mútuo conhecimento precário (“pelos perguntas que se digna fazer-me vejo quanto remota é a comunicação intellectualmente entre os dois países”). Teófilo comentava o seu interesse pola obra a sair de González Besada (vid. cartas 2 e 7 respectivamente) sobre a história da literatura galega, o projecto que ele mesmo tivera e abandonara (...). Nessas cartas o polígrafo refere-se igualmente ao “clima de cordialidade” em que se desenvolve o relacionamento luso-galaico, em que salienta os vínculos étnicos e apela “ao estreitamento das relações entre os dous países ou a importância patriótica do labor de António de la Iglesia”.

⁴³ De la Iglesia, *op. cit.* vol, III, p.56.

O livro mostra ser Teófilo Braga a figura lusa mais destacada na interferência⁴⁴ galego-portuguesa. Já o *Cancioneiro Popular* foi saudado com poemas dedicados a Ballesteros e Teófilo, como o aparecido em *Galicia* (núm. 3), revista dirigida por Martínez Salazar, onde Augusto G. Besada⁴⁵ dedica metade dumha ampla recensom do livro a louvar o trabalho de Teófilo. Este, em carta a Pondal, de Dezembro de 1886, comentava guardar os *Queixumes dos Pinos* “como um documento affectuoso da sympathia que o meu nome tem encontrado entre os escriptores da Galliza pelo muito amor que dedico à tradiçom d’este povo, de que Portugal é um fragmento”⁴⁶. Um mês antes fora publicada em *El Eco de Galicia*⁴⁷ de Havana outra carta de Teófilo a Martínez Salazar com idêntico motivo onde, depois de intensos elogios à obra de Pondal e à actividade do director da Biblioteca Gallega, comenta esperar “com vivissima ansiedade a publicação (sic) da *Historia da Litteratura Gallega* [a *Historia crítica de la literatura gallega. Edad Antigua* de Augusto González Besada⁴⁸] que me parece deve exercer uma disciplina eficaz a este trabalho de renascença de um povo”. Nela, Besada utilizará abundante aparato crítico procedente de investigadores lusos.

6. A linha galeguista liberal impulsionadora do reintegracionismo cultural

Mas é preciso notar que era substantivamente a linha regionalista liberal a principal interessada e impulsionadora das transferências⁴⁹ do mundo luso. Já o intuitivo Professor Villares comentava há quinze anos:

⁴⁴ Utilizamos o termo interferência no sentido que lhe dá Even-Zohar em “Polysystem Theory” entendido como as relações estabelecidas entre dous sistemas literários ou culturais.

⁴⁵ In *Galicia, revista regional*, nº 3, Março de 1887, pp. 181 a 185.

⁴⁶ M. Ferreiro, *Pondal: do dandysmo á loucura (biografia e correspondência)*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1991, p.130.

⁴⁷ Número 239 de 23 de Janeiro de 1887. Transcrevemos por Ferreiro, *op. cit.*, p.131.

⁴⁸ A *Historia crítica de la literatura gallega. Edad Antigua* viria a lume em 1887, na Tipografia de *La Voz de Galicia*, da Corunha. Por certo que a sua consideração do português como *subdialecto* da *língua galega* mereceu uma dura e imediata réplica de Leite de Vasconcelos na recém criada *Revista Lusitana* (Cfr. Rodrigues Lapa, “A reintegração linguística galego-portuguesa - Um drama que afecta a todos nós”, *Nova Renascença*, 12, 1983, pp. 321-329 e Hermida Gulías, “Leite de Vasconcelos e o Galego. Notas sobre un artigo esquecido”, *Verba*, 14, 1987. pp.489-496).

⁴⁹ Utilizamos o termo transferência entendido como todo o elemento que é importado dum sistema por um factor do sistema-meta. Vid. Even-Zohar, *op. cit.*

Durante o século XIX, as relacións políticas e culturais entre a Galiza e Portugal foron, ademais de fracas i esporádicas, realizadas por dúas tradicións político-culturais dabondo diversas e apenas confluentes. Refírome, por unha parte, ao federalismo galego e, pola outra, ao rexionalismo.

Nom coincidindo com o seu primeiro juízo (foron as relacións tam “fracas i esporádicas” como o propio regionalismo na altura, mas se entendermos por “relaçom” “presença” de autores e ideas lusos, estes fõrom de extraordinária importancia para o córpus teórico-prático galeguista⁵⁰), sim aderimos ao segundo.

Como bem indica o Mestre compostelano, “o federalismo galego non asume a relación con Portugal máis que no contexto da federación ibérica”, e, acrescentamos, nunca postulou a intensificação do relacionamento galego-português nem a soberania cultural galega.

Prova disto é o “proyecto de Constitución para el Futuro Estado Galaico”, de 1883, definitivamente aprobado pola “Asamblea Federal” reunida en Lugo no ano 1887; dos seus cem artigos só quatro som alterados, entre os quais o dous, que incluía “unha definición da Galiza e unha inserción da mesma na Confederación Ibérica”, e onde fica suprimido este parágrafo:

...asimismo aspira /Galiza/ a la Confederación Ibérica, y desde luego contrae la obligación de coadyuvar incesantemente para recabar de la nación Portuguesa una eterna alianza pactada sobre la base del mutuo consentimiento y la voluntad de ambos pueblos⁵¹.

⁵⁰ O termo “relaçons” é ambíguo (o estimado Professor trata sobretudo transferências e nom relaçãos) e a sua ausência era, ao nosso entender, sobejamente paliada com o continuado reforço ideológico que da erudição lusa era tirado e que, pensamos, contribuiu precisamente para firmar o reintegracionismo cultural como traço definidor do galeguismo desde estas as suas origes. Da mesma opinião que Villares é N. Seixas (*op. cit.*, p. 62) considerando “sobredimensionada a verdadeira lusofilia do movimento galeguista desde finais do século XIX”, que, em sua opinião, era “limitada e contradictoria, e coutada practicamente ó âmbito cultural”.

⁵¹ Informação tirada de Villares, *op. cit.* p. 304. Cfr. “Asamblea Federal de la Región Gallega, Constitución. Informe de la Comisión Dictaminadora. Actas y Acuerdos de la Asamblea”. A Corunha, 1887, pp. 35 e ss.

O emendador queria evitar que Portugal julgasse essa expressom como desejo de “atentar a su independencia por espíritu de conquista”; Aureliano J. Pereira, o líder do federalismo galego, aceitou porque, apesar de “ser Portugal estado fronterizo y ligarnos a él por más de un concepto el interés y la historia /.../ en esta materia, la de pactar alianzas provechosas, entendemos ser atribución nacional”.

Para Villares isto prova a fraqueza das relaçons luso-galaicas; para nós apenas a indiferença do federalismo galego, que nom exactamente galeguista, se entendido este em termos de soberania cultural.

7. 1888-1890: Intensificaçom das polémicas legitimadoras, tamém da reintegracionista

7.1. O debate lingüístico

1888 é um ano de múltiplos debates e polémicas; a revista *Galicia*, por exemplo, começou o ano com umha réplica de Pazos García a Juan Valera onde era considerado o português como o galego evoluído⁵². As polémicas lingüísticas⁵³ espelham (hoje tamém) como a disputa situa no seu fundo normalmente os sistemas espanhol e português e a posiçom do sistema regionalista a respeito deles, e onde igualmente a legitimaçom da erudiçom lusa joga um papel importante. O

⁵² Núm 1 de Janeiro de 1888. Valera atacava o regionalismo, argüindo nom existir mais que a literatura portuguesa e nom a galega, por ser aquela língua e este variante inábil. Vid. Carvalho Calero, “Murguía contra Valera”, *Grial*, 55, 1977, pp. 102-107.

⁵³ Estas polémicas vinham já desde os inícios das reivindicaçons galeguistas. Alonso Montero (1970:24, 25) documenta em 1876 a primeira. Desde os inícios do Ressurdimento galego, intelectuais como A. de La Iglesia defenderom a unidade étnica e lingüística galego-portuguesa em *Galicia. Revista Universal de este Reino* (n 7 1/4/1862), e a necessidade do reintegracionismo, caso de López de la Vega, vulgarizador da obra poética de Camilo nessas mesmas páginas (n. 5, 01.03.1863, p.39).

Informaçom sobre este tipo de polémicas pode ser encontrada, entre outros, nos trabalhos de Carme Hermida, “Galego e Portugués durante o século XIX (1840-1891)” e de González Seoane, “O debate sobre a independencia do galego na última década do século XIX”, os dous em *Homenaxe á Profesora Pilar Vázquez Cuesta*, Universidade de Santiago de Compostela, 1996, pp.107-120 e 121-132 respectivamente. Tamém em Alonso Montero, *op. cit.*

que está em causa é entom todo o sistema, porque em jogo um aspecto fundamental, a língua.

Som elementos do regionalismo liberal os que habitualmente provocam as discussões, como A. Marsal (nem outro que Andrés Martínez Salazar) no *Álbum literário*, que, informando dumha viage de Leite de Vasconcelos à Galiza para estudar o galego, - indicando-lhe este que “había recogido interesante y copioso material” e que muitos dados “se los suministrara la obra del Sr. La Iglesia, *El idioma gallego*” - vai aproveitar esta notícia para abrir a polémica⁵⁴, defendendo o critério etimológico (reintegracionista) para a ortografia do galego acompanhando a doutrina do “sábido etnógrafo y grande admirador de Galicia”⁵⁵. O artigo, “En tela de juicio”, é endereçado a Barreiro Meiro; este contestará tal critério, embora aceite umha importação moderada de português e castelhano, citando como *auctoritas* Pérez Ballesteros⁵⁶ para argüir que a diferença entre galego e português assentava em que, na Galiza, “el *sermo rústicus*, fundido con el celta, produjo el gallego.”

Na polémica acabam por intervir quase todos os sectores e publicações implicadas no sistema galeguista. Por exemplo em *Galicia Humorística* aparece uma longa réplica em verso de Antonio de la Iglesia⁵⁷, a respeito da manipulação ortográfica sofrida por alguns dos seus poemas no *Tío Marcos da Portela*⁵⁸, onde justifica o modelo

⁵⁴ A polémica decorreu n’O *Álbum Literário* de 1888, desde o número 4 de 26 de Fevereiro ao 12, de 22 de Abril de 1888 e em *Galicia* desde o núm. 4 de Abril ao 6 de Junho, campo de jogo tamém que escolherá o seu director, M. Salazar. Nela participará igualmente Marcial Valladares, defendendo o etimologismo. O debate vai ter eco, directa ou indirectamente; por exemplo Pesqueira Crespo saúda-o n’O *Tío Marcos da Portela*, 251, 3 de Junho de 1888. Luciano Cid, director do *Álbum literario*, censura o lusismo dum poeta no número 46, de 16 de Dezembro desse ano.

⁵⁵ O posicionamento de Martínez Salazar está a indicar o mais geral do grupo galeguista liberal corunhês, que será ulteriormente relançado desde a *Revista Gallega*. A respeito dessa atitude, cfr. carta de Pondal para Martínez Salazar o dia 22 de Abril de 1889, em que elogia M. Salazar e Valladares e declara-se etimologista de longa data. Vid. Ferreiro, *op. cit.*, p.149.

⁵⁶ Como lembra Alonso Montero (*op. cit.*, p.67) a posição antietimologista de Pérez Ballesteros vai ser elogiada polo aberto anti-regionalista Leopoldo Pedreira em *El Regionalismo en Galicia* de 1894.

⁵⁷ Nos números 10 e 11, da segunda quinzena de Maio e primeira de Junho, respectivamente.

⁵⁸ Este texto, *fonetizado*, foi publicado no número 232 de 10 de Junho de 1888 em *O Tío Marcos da Portela*, semanário que dirigia Lamas Carvajal de tendência antietimologista e situado à marge do regionalismo (Máiz, *op. cit.*, p.74); tb. J.A. Durán, *Crónicas I. Agitadores, poetas, caciques, bandoleros y reformadores en Galicia*, Madrid, Akal, 1974, pp. 15-35. (1974, 15-35). Só no Verao de 1888 aparecem quase umha decena de textos antireintegracionistas. Cfr. números 238, 239, 240, 242, 243 e 244 e 247, anónimos ou sob pseudónimo, excepto o último, de Manoel Lence.

luso para a solidez do sistema e para a criação dumha literatura culta; no núm. 11 contesta Manuel Martínez González argumentando ser o etimologismo desnecessário e ter pouca audiência no povo.

7.2. Galiza: entre enlace hispano-português e construto dum sistema luso-galaico

Ecoava ainda essa polémica quando em Julho, Leandro Saralegui y Medina abre o número 7 de *Galicia* com “El regionalismo en Galicia” cujas linhas de força som as de o regionalismo nada ter de separatista, e nom haver lugar para o *temor espanhol ao perigo português, sempre que sejam atendidas as reivindicações regionalistas, ficando-se a Galiza polo enlace da uniom ibérica*. Com abundantes exemplos, comenta que “la unidad de las naciones modernas durará todo lo que dure la comunidad de intereses, de relaciones, de necesidades y de progresos entre los distintos países de que se compongan”, de que se deduz que se o Estado Espanhol nom satisfaz aquela “comunidad de intereses (...)”, principal motivo do ressurgimento regionalista, cabe ser posto em causa, podendo dar-se a uniom da Galiza com Portugal:

(...) los adversarios del regionalismo no vacilan en considerar como una consecuencia del moderno renacimiento del espíritu provincial en las cuatro provincias hermanas, la posibilidad de su futura incorporación al vecino Reino, en detrimento de la integridad y la grandeza de la patria española.

Temores tan infundados y gratuitos tal vez no hubieran llegado á despertarse en el ánimo de nuestros compatriotas, ante la debilidad material de la nación vecina, si un distinguido escritor portugués, -el erudito é infatigable T. Braga,- no hubiese tratado de evidenciar, en uno de sus notables estudios sobre la literatura lusitana, las relaciones étnicas y filológicas que existen entre Galicia y Portugal, empezando por hacer recta é impar-

cial justicia á las legítimas preeminencias del antiguo Reino, como base y fundamento de la gloriosa nacionalidad portuguesa, proclamando y enalteciendo los títulos de que escritores españoles pretenden injustamente despojarnos.

Esa sola y autorizada exposición de las relaciones que nos unen á nuestros vecinos, bastó para que el Sr. Castelar señalara como un germen de graves y posibles conflictos el renacimiento del antiguo y flexible dialecto gallego y para que algunos otros de nuestros escritores contemporáneos hayan tratado de atenuar la importancia de ese supuesto sueño de reconstitución de una nacionalidad lusitana, rebajando mucho más de lo justo la significación moral y política del Portugal de nuestros días lo mismo que si la potencia asimiladora de las naciones estuviese sujeta al criterio brutal de la extensión del territorio que ocupan ó de la fuerza militar de que disponen”.

Oito anos mais tarde o *perigo* parecia estendido e consolidado, ao lado dos seus primeiros protagonistas. Saralegui, por sua vez, defende a glória de Portugal contra o desprezo dos críticos espanholistas (a luta perene sobre os estereótipos) e renova a *possibilidade galego-portuguesa*, mas nom deixando de assumir umha posição *espanhola*.

Entre os muitos assuntos de interesse que trata salientam-se os vínculos étnicos na Península e os laços célticos que unem a Galiza e o Norte de Portugal, similares à unidade dos descendentes das “cinco tribus célticas” do Norte hispânico; e é que o celtismo era apresentado polo galeguismo como elemento diferencial da Espanha e como vínculo com Portugal, etnia de reintegraçom.

Mais demora Saralegui no seu principal argumento; a unidade lingüística galego-portuguesa, apoiado cientificamente em Teófilo Braga, e a repetiçom (tanta que parece suspeita de *perigo* certo) de isso nom implicar a unidade política, para concluir que ao regionalismo galego, “informado por rasgos comunes y elementos comunes á los dos modernos estados peninsulares”, compete a mediaçom activa entre eles para a consecuçom da unidade ibérica, “el generoso ensueño de la patria ideal prometida á ambos pueblos hermanos por su fundamental identidad de naturaleza, de civilización y e recuerdos”.

Ao lado de Teófilo, um outro historiador com forte presença na cena galeguista é Oliveira Martins, o estudioso luso talvez mais afa-

mado na Espanha da altura; as suas sucessivas interpretações⁵⁹ do quadro peninsular passado presente e futuro serão objecto de vivas polémicas, pretendendo os polemistas que invocavam o seu nome colocar em campo próprio umha *auctoritas* de primeira fileira⁶⁰.

⁵⁹ Pilar Vázquez Cuesta tem mostrado as suas diferentes posições em *A Espanha ante o "Ultimatum"*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975 e, sobretudo, em "O amor sen acougo de Oliveira Martins a España", (*Grial*, 113, XXX, 1992 pp. 20-60. Cfr. também "La lusofilia de D.ª Emilia Pardo Bazán", *Homenaje Universitario a Dámaso Alonso*, Madrid, 1970, pp. 143-160), por que citamos. Assim, Oliveira Martins censura no seu *Portugal contemporâneo* de 1881 a "fantasia federal" (t.III, 307), "prato requentado da cozinha revolucionária (309)" como solução ao entendimento ibérico, afirmando:

"o afamado princípio federativo, já defendido em 54, restaurado agora pelo neo-jacobinismo, é un craso erro de observação sociológica e uma aberração do estudo político, histórico, É uma forma primitiva das repúblicas; e do mesmo modo a forma embrionária das agregações animais inferiores".

Nesse mesmo ano, em *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881) enuncia o celtismo português como traço diferenciador a respeito da Espanha. Com esse propósito aparece também a sua visão sobre a Galiza em relação aos portugueses, "nascidos dum retalho da Galiza, falando um galego culto; nós, portugueses, que embora produzidos historicamente pela mistura do sangue minhoto e beirão com o estremenho e alentejano (ibérico, turdetano?) revelamos as qualidades célticas nas nossas aventuras, nas nossas lendas messiânicas, no lirismo da nossa poesia, na inconsistência e passividade que no nosso carácter se alternam com os acessos de fúria africana ou de misticismo semita" (t.I, 272).

⁶⁰ Vázquez Cuesta mostra como Oliveira Martins era já em meados dos anos oitenta mui popular na Espanha (pp. 53-54). Como indica a professora em 1884 Castelar dedica um trabalho à *História de Portugal* na *Revista de España*, onde em 1887 o amigo de Joaquim Pedro, Juan Valera, escreverá três elogiosíssimos artigos sobre a *História da Civilização Ibérica* (núm. CXVIII, 1887, pp.593 e ss.) e anota que em 1885 o semanário maçónico *Las Dominicales del Libre Pensamiento* recomenda em todos os seus números essa obra juntamente com a *História da Civilização Ibérica* e o *Portugal Contemporâneo*. Em 1889 Rafael M' de Labra concederá grande importância a Oliveira Martins num ciclo de conferências no "Fomento das Artes" de Madrid e um ano mais tarde, o 10 de Junho de 1890, o poeta republicano Curros Enríquez inclui-no na série que em *El Album del País* aparece dedicado a célebres republicanos lusos, apesar da colaboração de Martins com a Monarquia.

Naturalmente, a óptica federalista foi freqüente⁶¹; nela a Galiza, quando aparecia, tomava o papel de ponte, mas passiva, entre os dous Estados. Esse é o caso da extensa colaboração de Manuela Barja que, exactamente polos mesmos dias que a de Saralegui, apareceu no *Álbum literario* de Ourense, com o significativo título “Portugal contemporáneo”⁶², no privilegiado lugar da portada e página 2.

A autora começa por colocar exemplos da ignorância mútua em que se acham “ambas naciones peninsulares”, nom havendo em sua opiniom na Espanha “ningún escritor -aparte de Pi- [repare-se na comparação com o federalista catalám] capaz de profundizar las cuestiones sociales como Oliveira Martino[sic]”, cuja apresentação julga prescindível “después de la brillante apología que de su historia de Portugal hizo, no ha mucho tiempo, el señor Castelar en la *Revista de España* (...) en asunto de su especialidad”.

Como é de esperar, a comentarista do autor do *Portugal Contemporáneo* vai salientando, *desde* Espanha, as ideias iberistas que julga mais relevantes do autor no sentido que antes apontámos:

A [sua] *História da civilização Ibérica* [...] “hermoso estudio filosófico.” “[...]pero lo que le hace más simpático á nuestros ojos es observar que pertenece á la nueva generación lusitana, llena de patriotismo, que repite las palabras de aquel ilustre pensador português ‘*Espanoles somos y de españoles debemos preciarnos*’.

Después de señalar la filiación de su patria como un trozo de la Galicia meridional desprendida por la ambición, habla constantemente *da Hespanha*, comprendiendo en esta expresión la península entera.

Para Barja, a obra de Martins está “escrita con la mejor voluntad de hacer patente la gratitud que, cuantos creen en el porvenir del pueblo ibérico deben sentir por un libro que nos hace entrever días mejores trás la desventura del presente”⁶³, convertendo-se a conclusom num canto épico à glória futura de Espanha, republicana (onde Portugal fica posto de parte, integrado já naquela):

⁶¹ A mais natural das apropriações pola proximidade ideológica que se deduzia do texto. Comenta Fidelino de Figueiredo (Prefácio à 9ª ed. de 1954, Guimarães & C.ª Editores, 1984, pp. 17) que espíritos da mais variada proveniência testemunharam o seu apreço e o seu agradecimento pola hispanofilia de Oliveira Martins: Emilio Castelar, Sánchez Moguel, Rafael Labra, Menéndez y Pelayo, D. Juan Valera (a quem lembremos, a obra tinha sido dedicada como “crítico eminente, escritor ático e espanhol de raça”), Emilia Pardo Bazán, Miguel de Unamuno. Note-se os vários federalistas da altura que aí som citados.

⁶² Números 22, 25 e 26, de 1, 22 e 29 de Julho de 1888.

⁶³ *Álbum Literário*, número 26 de 29 de Julho de 1888.

Propagando tales ideas en Portugal contribuirá el Sr. Oliveira á hacer realizable el ideal de grandeza para la España del porvenir, ya que infundados recelos, propios del régimen político á que actualmente se hallan sometidos ambos pueblos, hacen imposible la soñada unidad que ha de ser el origen del engrandecimiento de la raza ibérica y centro de atracción hácia el que converjan las veinte naciones españolas que, en ambos mundos, esperan la ansiada aurora que ha de anunciarles el renacimiento de sus antiguas glorias y la superioridad de nuestra raza en el mundo⁶⁴.

7.3. O caso Sánchez Moguel e o reintegracionismo de Manuel Murguía

Mas havia outros a puxarem Oliveira Martins para o galeguismo. Meses mais tarde terá lugar a talvez mais dura polémica da altura, com motivo dum discurso do académico andaluz Sánchez Moguel na Academia de Historia espanhola⁶⁵ em que desligitimava o galeguismo, dando ocasiom a um amplo leque de contestaçons regionalistas⁶⁶. A revista *Galicia* acolhe, em vários números, as nom tam “ligeras observaciones” de Murguía a Sánchez Moguel, visando “desvanecer los errores de hecho y doctrina en que, al ocuparse del regionalismo gallego, ha incurrido el nuevo académico de la Historia”⁶⁷, que pasarám a constituir a pedra angular da réplica e concitarám muitas adesons no seio do regionalismo galego⁶⁸.

Nom era a primeira vez que Murguía fazia umha radical defesa da identidade lingüística, cultural e étnica galego-portuguesa. O Profes-

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ Sánchez Moguel, *Razones en que pretenden fundamentarse los regionalismos catalán y gallego*, Madrid, 1888.

⁶⁶ Cfr. Máiz, *op. cit.*

⁶⁷ *Galicia*, Março de 1889, tomo III, número 3, p. 9.

⁶⁸ O texto foi originariamente publicado em Havana, intitulado “El Regionalismo Gallego”, na Imprenta la Universal, com umha carta de adesom assinada por mais de 1.200 emigrados galegos, que faziam parte do grupo regionalista de Cuba.

sor Villares detecta contradicións entre os diversos tratamentos à questom portuguesa que aparecen nos textos de 1865, 1888, 1889 e 1890 que aquí focamos⁶⁹. Nom é essa a nosa opiniom. Quase nom aludindo na sua *Historia de Galicia*, de 1865, ao comum percurso galego-português, afirma, quando vém a propósito:

En Portugal, cuyo idioma no es otra cosa que el gallego literario [mais umha frase incorporada ao património galeguista ulterior], hay muchos que sostienen el origen céltico de su lengua, y dicho se está por lo mismo que de la nuestra⁷⁰.

E repare-se no conteúdo e no tom do seguinte trecho⁷¹:

Con más saña que razones [muchos de nuestros hermanos de Portugal] han negado que del gallego viniese el portugués, y no se puede entrar seriamente en semejante cuestión, cuando se sabe la historia de ambos pueblos y se conoce asimismo ambos romances. Con soldados gallegos se fundó el reino portugués y con el lenguaje de la provincia de Entre Duero y Miño, gallega hasta el siglo XII, se echaron los principios de un idioma que hablado por el gran Camoens, es idéntico al que nosotros hablamos al presente. Todo, excepto algunas voces, unas tomadas del árabe y otras del francés, es igual en ambos lenguajes, aparte la mayor pureza y galanura que el portugués ha adquirido por ser usado como lengua nacional.

⁶⁹ Villares, estudando os textos referidos, classifica-o de “contraditório e utópico”, afirmando (*op. cit.* p. 306): “Todo indica que, no pensamento de Murguía, tanto historiográfico como estritamente político, Portugal non acada ningunha importancia sustantiva, sobre todo en comparanza co papel representado pola raza ou pola mesma Irlanda”. E, em nota-de-rodapé, acrescenta: “Manuel Murguía teoriza o conceito de nacionalidade galega, recurrido sobre todo ao celtismo, o que o leva á idealización de Irlanda, a “nación irmá”; precisamente será o celtismo elo fundamental da lixaom galego-portuguesa; o rigoroso Professor cita a opiniom contrária à sua de Justo G. Beramendi, no prólogo à reediçom de *Galicia*, antes aludido, p.XXXVII, que indica que essa “intensa atracción por Irlanda... es sólo inferior a la natural obsesión por Portugal que, en el fondo, sigue siendo para él un trozo de la nación gallega, traumáticamente separado de ella para unirse con pueblos absolutamente ajenos desde un punto de vista nacional”. Obsesión, en todo caso, máis voluntarista do que plenamente integrada no seu conceito da Galiza”, conclui Villares, remetendo para a obra de R. Máiz citada.

⁷⁰ *Historia de Galicia*, tomo I, Lugo. Imprenta Soto Freire, 1865, p.272.

⁷¹ *Ibidem*, p. 282.

O marido de Rosalia manterá estas ideas nos escritos de 1888-1890. Em *Galicia*, de 1888, dedicado a explicar as orixes histórico-míticas da Galizá e as súas poboacións, comentava⁷²:

Cielo y tierra dicen á una voz que los que allí viven son nuestros hermanos; que la bandera blanca y azul de los Braganza, cubre á pueblos que son de sangre gallega. Su lengua es tan nuestra como sus mares.

E, depois de subliñar que a Galiza e Portugal partilham “un mismo origen y una misma historia”:

los barcos que cruzan las olas irritadas parecen hechos para viajar y combatir juntos bajo un mismo pabellón⁷³.

É logo destas palabras que Murguía fai o que Villares considera a “pregunta clave”: “por qué están separados?” estes povos, respondendo:

Sólo el cielo lo sabe; aunque es cierto que aquellas gentes, hijas de un mismo padre, alimentan entre sí rencores como los de Caín y Abel. Si se dudara de que son unos, nos lo diría la fuerza con que se combaten, el mutuo desprecio que se profesan, lo duro de los odios que á cada momento se levantan en su corazón con doblado ímpetu y furor.

Comentário murguiano que, escrito, além do mais, no contexto da defensa da identidade da Galiza com Portugal e nom com Castela, encontra até em “lo duro de los odios” galego-portugueses mais um sinal daquela identidade. É todo menos paradoxal afirmar a unidade lingüístico-étnica e detectar no presente un común espírito cainita. Esta percepçom vigora na sua resposta a Sánchez Moguel (o “torpe desdén”), que adiante trataremos, e a sua indirecta explicaçom histórica está na conferência na Lliga de Catalunya em 1890, “Orígenes y desarrollo del regionalismo en Galicia⁷⁴, breve texto destinado a explicar (aos cataláns) a história e actualidade do regionalismo e alguns

⁷² *Galicia, op. cit.*, p.VIII.

⁷³ *Ibidem*, p. IX.

⁷⁴ Reproduzido em *M. Murguía. Política y Sociedad en Galicia*, Madrid, Akal editor, 1974, pp. 57-82.

dos caracteres e modos de vida específicos da Galiza; sobre ela, a interpretação do Mestre compostelano é a de Murguia eludir falar de Portugal e até reconhecer que desde o século XV os “lazos de sangre y simpatía” que uniam os reinos da Galiza e Portugal, começaram “a aflojarse como para siempre”; nom creio ser *rabugento* se indico que tamém nom fala nesta ocasiom, por exemplo, dos Cancioneiros Medievais nem do celtismo, baluartes principais de legitimidade; e que, com essas palabras que o Prof. Villares pom em destaque, Murguia nom fai outra cousa que tentar pôr umha verdade histórica e o estado das relaçons entre os dous povos, expressando que a aliança galaico-lusitana ficou ali abortada e começou a declinar com a Galiza definitivamente espanholizada, por certo num contexto da frase como o seguinte:

Más trascendencia tuvo la manifiesta división que los Reyes Católicos, sobre todo, avivaron y sostuvieron con su autoridad entre los señores gallegos y los concejos, pues todavía la historia provincial no sabe decir si fue un bien, si fue un mal para nosotros. Lo único que sabemos es que al advenimiento de aquellos monarcas al trono de Castilla, parte de Galicia se declaró por la Beltraneja y, por lo tanto, por Portugal, con cuyo reino nos unían hartos lazos de sangre y simpatía, y que entonces empezaron a aflojarse como para siempre⁷⁵.

Quanto a réplica a Sánchez Moguel, Murguia radicaliza a posiçom galeguista a respeito da de Saralegui; começa, como era quase habitual nestes casos, por devolver estereótipos por estereótipos, mostrando relativa indiferença polas críticas recibidas de “andaluces y castellanos”, que nom bastariam “para dar vida al sentimiento nacional de que está impregnada Galicia”, e a quem pagará com a mesma moeda de desprezo do galego que por essas terras corre: “nuestros campesinos afirman que *o que mata un d’esas*

⁷⁵ *Ibidem*, p. 68.

terras (para ellos esas *terras* equivalen á Andalucía) *non mata á ninguen*”, e comentando que só o espírito “sumiso” do povo galego fijo com que este nom se “levantase en armas”, anuncia a sua famosa ameça:

El peligro que por esto corre el Estado español, de que se ahonden las diferencias que nos separan, y conviertan en marcada hostilidad las relaciones que al presente unen á las diversas nacionalidades de que se compone, es tanto más serio, cuanto Galicia se halla constantemente solicitada por Portugal, y que puede en un momento dado venir en su auxilio y tomarla para sí, sin que nos duela, ni mucho menos,

aparecendo assim a Galiza como umha espécie de *enclave* português, território irredento a reintegrar, que estava no Teófilo de 1877.

Murguia nom fala já desde Galiza-Espanha, mas desde Galiza/ Galiza-Portugal. *Desde aí* afirma que “conservándose la corte en Lisboa”, a história podia ter sido de outro modo e estar agora a Península a falar português, ou galego, porque “el gallego es el idioma nacional en Portugal. “Y en verdad que nada se perdería en ello: Camoens vale bien Cervantes”, conclui na autossuficência encontrada no património luso-galaico.

Em occasions, como esta, o “perigo” é formulado como um desejo português que, contra o que julgam os intelectuais lusitanos, apesar da inexistente política bragantina sobre a Galiza, encontra eco além-Minho; “flojos en historia”, (des)qualifica-os Murguia arteiramente, cômscio de eles serem precisamente os melhores auxílios com os seus trabalhos para a legitimidade do sistema regionalista, para assomar a ideia de que o *perigo*, longe de desaparecer, é *essencial à Portugal*:

Porque verdad es, que así como Cataluña puede, en un momento dado, acogerse al pabellón francés [“o ser anexionada (...)”, em nota], puede Galicia buscará su hora, el amparo de sus hermanos los portugueses. Ellos no habían de rechazarnos. Creencia común es entre los escritores de Portugal, que aquel estado no estará completo mientras no formen parte de él las provincias gallegas, cuando menos. Fiel á este pensamiento, Theophilo Braga increpa á la casa de Braganza, acusándola de

poco previsor, porque á su juicio no trató de extender, ya que no las fronteras, al menos las simpatías portuguesas en las provincias gallegas, otro tiempo hermanas, y que teniendo un mismo origen y lengua, y siendo de una misma sangre, parece que no esperan mas que el momento oportuno para unirse definitivamente. Sin embargo, ni el autor citado, ni los que le siguen en las quejas tienen razón. Se conoce que también por allí andan flojos de historia.

Um dos aspectos mais interessantes do texto é a argumentação de Murguia *com o* “difícil” Oliveira Martins⁷⁶, *auctoritas* principal no discurso de Sánchez: está em jogo a apropriação da sua autoridade por parte galeguista (Murguia) ou espanholista (Sánchez Moguel):

Los monarcas portugueses tuvieron siempre la vista fija en Galicia. Así lo reconoce el mismo Oliveira Martins, cuando escribe en su *Historia de Portugal*, p.47, que la hegemonía de Portugal en Galicia ‘era un pensamiento decisivo y fijo en los monarcas portugueses’. Es una verdad que no se escapa ni siquiera á este paradójico escritor, enemigo del principio federativo [Murguia em nota: “*Portugal Contemporáneo*, t. II, p. 427 y siguientes. Llama á la federación ‘quimera nacida del error de suponer agregados las naciones’. Las naciones no, pero sí los grandes Estados, que ya es otra cosa”].

Murguia vai mais além; previne-se contra o ridículo de que a sua ameaça poderia ser objecto, e, reconhecendo o preconceito que afasta a Galiza e Portugal, pensa que a razom (em que afirma os regionalistas assentarem a sua causa), característica do povo galego, pode desfazê-lo, abrindo assim a possibilidade da uniom:

Ciertamente que el oír hablar de semejante peligro hará sonreír á los políticos centralistas que entienden que en la Plaza de Oriente y en las Cortes se encierra todo el derecho del poder legal; mas de qué no se rieron, creyéndolo imposible, que no tuviese lugar al día siguiente. No se hable de las contingencias que pueden surgir mañana y de la posibilidad de

⁷⁶ A través dum artigo posterior de Armada Losada (vid. nota 78) temos notícia da ironia com que críticos espanhóis se referiam às ideias de alguns homólogos portugueses (em quem vian falta de patriotismo na reflexom), caso de Maldonado Macanaz que censura os elogios que S. Moguel dedica a Martins: “con franqueza, que entre el regionalismo de nuestros escritores catalanes y el pesimismo indio ó tibetano de escritores portugueses, como Oliveira, es preferible el primero” “que al cabo no niega todas las glorias de la patria” (*Galicia*, 5, 1889, 284).

un conflicto cualquiera entre España y una poderosa nación que conoce á Galicia perfectamente y que no se desdeñaría de poseerla, cualquiera que fuese la forma en que pudiese hacerlo, concretémonos á Portugal y hagamos notar que si en nuestro país no estuviese tan arraigado el torpe desdén con que miramos á los que viven al otro lado del Miño, si por uno de esos movimientos tan fáciles en los pueblos de razón, como lo es el gallego, tan injustificada aversión se convirtiera en amor, y rompiendo las vallas y llenándose el vacío que nos separa, nos viésemos unidos por el interés como lo estamos por la sangre; si este espíritu regional que nos anima pudiera en hora propicia desenvolverse al amparo de las cinco quinas, sería curioso, y más que curioso, instructivo, el ver lo que pasaría entonces y lo que dirían nuestros adversarios. Y que estas cosas, por remotas que parezcan pueden ser una facilísima realidad el día menos pensado, es lo que sólo pondrán en duda los poco acostumbrados á las mudanzas del mundo. Los hechos pueden repetirse.

Note-se como o texto parece precisamente enunciar os temores que anos antes expressara Castelar; Murguia lembra entom o federalista Pi Margall, que afirmava a Galiza ter projectado, na luta contra a invasom napoleónica, uma aliança para ressucitar a província galega de tempos dos romanos, um dos argumentos ancilares da irmandade galego-portuguesa. No contexto desta defesa da antigüidade do movimento nacionalista na Galiza, vem a corrigir aqueles que se burlam de “los que creemos (...) que los celtas ocuparon por completo Galicia y gran parte del moderno Portugal”, pois “lo dicen los antiguos geógrafos, lo dicen también los modernos historiadores”.. A autoridade de Oliveira Martins é para isso mais umha vez colocada, para contestar Sánchez Moguel e, principalmente, para tirar-lho como base e *propriedade*:

Mas (...) cómo habrá leído el nuevo académico la *Hist. de Portugal* de Oliveira Martins, que nos presenta como modelo, cuando no tropezó en el tomo I. pág. 4, con lo siguiente: ‘Todos reconocen hoy la indestructible tenacidad de las poblaciones primitivas’, y más adelante: ‘La permanencia de las caracteres primitivos de los pueblos, *hecho hoy indiscutible*,

permite hacer, -permítasenos la expresión- la historia al revés', etc.

Estende-se Murguia no carácter céltico da Galiza e Portugal, citando várias autoridades em seu favor, entre os quais Martins e Adolfo Coelho (“gran autoridad en el asunto”), “para citar nombres gratos á nuestro adversario”, pondo de parte Herculano, que sustinha ideia diferente sobre o celtismo:

En vano, para demostrar la ligereza con que, según nuestro adversario, procedemos, se acude á recordará Herculano y no hablan de su discípulo Oliveira Martins (este último reconoce nuestro origen céltico y cree en la nacionalidad gallega): la opinión general entre los escritores lusitanos, es que, fuera de los Algarbes, las demás provincias portuguesas constituyen una unidad nacional que sólo estará completa cuando se les una Galicia formando “*una nación étnicamente homogénea* desde Finisterre á Mondego’ como afirma el mismo Oliveira Martins, tan del Sr. Sánchez Moguel.

Murguia lembrará a Sánchez Moguel como Oliveira Martins no *Portugal contemporáneo*, “t.II, p.186”, “obra no citada por nuestro adversario)” “va más allá,” vindo “sin querer, ni necesitarlo, á corroborar dicha opinión” ao manifestar sobre a revolução de Maria da Fonte que a mulher do Minho tinha condições próprias de regiões em que “domina la familia céltica”.

Após referir algumas características comuns galego-portuguesas, e antes de referir-se à iminente promulgação do *Código Civil Español*, de 1888, no que diz respeito ao atentado que pode supor para a identidade e costumes galegos, conclui Murguia que sempre, em Portugal:

creí hallarme entre los míos. Oliveira Martins, en su *Hist. de Portugal*, capítulo ‘Os lusitanos’ nos da la razón de ello. Señalando las diferencias esenciales entre el español y el portugués, hace patentes las que existen entre el gallego y el hombre del mediodía. Y más aun, cuando [...] añade que vale más que todas ellas `la analogía evidente entre las manifestaciones particulares de los lusitanos y de estos y de los gallegos y aquella fisonomía que los estudios eruditos so-

bre los celtas de Francia y de Irlanda tiene determinado á estos últimos'. No dirá el Sr. Sánchez Moguel que citamos autores para él desconocidos y poco aceptos; tampoco dirá, en su vista, que la manía céltica es nuestra tan sólo.

E noutro lugar:

tanto en las provincias fronterizas, como en la misma Beira, considerada como el corazón de Portugal, siempre creí hallarme en mi país y entre los míos. Todo era para mi igual, la tierra, las producciones, el hombre. La misma lengua, las mismas costumbres⁷⁷.

Ficavam assim expressos os fundamentais argumentos do galeguismo reintegracionista⁷⁸.

A revista *Galicia* converte-se no campo para a batalla regionalista. Ainda no mesmo número, por exemplo, replica também o Marquês de Figueiroa⁷⁹ às palavras de Sánchez Moguel, agora em forma de carta endereçada com o expressivo título de “*La cuestión Magna*, al Sr. Joaquín Maldonado Macanaz”, que saíra em apoio do académico espanhol. De resto a colaboração do marquês quase nom se refere ao tema que aqui nos ocupa, embora, isso sim, também argumente com T. Braga a unidade étnica galego-portuguesa.

A partir deste momento, a questom do reintegracionismo galego, literário, cultural e/ou político (ao lado dos argumentos precedentes) será polémica que sempre poderá assomar, às vezes quase como obsessom. Por exemplo, e nesse mesmo ano o Marquês de Figueiroa publica *De la poesía Gallega*⁸⁰, onde sustém ser o galego orixe do

⁷⁷ *Ibidem*, p. 266.

⁷⁸ Até na referência ao Código Civil, que sempre foi objecto de atençom polo galeguismo, em todas as suas fases, na ideia de que no português estava compilada a essência do que o galego devia ser. Em 1918, diz o líder nacionalista galego A. Villar Ponte: “A nosa alma atópase viva no Código Civil portugués” (*A Nosa Terra*, número 58, 20 de Junho de 1918).

⁷⁹ Activo político “maurista” do partido conservador, deputado e até ministro, autor entre outros livros de *Cantigas galaico-lusitanas. Impresiones y reminiscencias del vagar* (1928), de tom reintegracionista.

⁸⁰ Figueiroa, Juan Bautista Armada y Losada, Marquês de: *De la poesía gallega*: discurso leído en el Ateneo de Madrid el día 11 de febrero de 1889, Madrid, Imp. M. Tello, 1889.

português⁸¹ citando Da Costa Silva como defensor da identidade lingüística luso-galaica, e onde as teses de Braga estão continuamente presentes, quer para alimentar as próprias, quer, nalgum momento, para discuti-las, como no caso das opiniões de Murguia e Braga de nom se encontrarem na Galiza romances tradicionais, afirmando o marquês ter ido a “corriente civilizadora” da Galiza para Portugal⁸².

Este autor dedica o seu apêndice 5⁸³ a desfazer a tese anticeltista de Sánchez Moguel, citando em seu favor Oliveira Martins e acusando àquele de generalista ao falar de elementos separatistas, quando, em sua opinião, Galiza, em virtude da sua identidade lingüística com Portugal, servirá para unir os dous reinos⁸⁴.

7.4. As presenças de Leite de Vasconcelos

A presença de Leite no sistema galeguista destes anos, particularmente na esfera da sua especialidade, caracteriza-se por umha insistência quase maçadora nas incoerências do precário movimento, muitas vezes prisioneiro dos seus défices projectivos⁸⁵, como fará desde o

⁸¹ *Ibidem*, p.14.

⁸² *Ibidem*, p.19.

⁸³ *Ibidem*, p. 103 ss.

⁸⁴ Para citarmos dous exemplos imediatamente posteriores cfr. “Gallegos Iucenses y bracarenses”, do Catedrático de Química José Rodríguez Carracido (segunda série de *Galicía*, no número 1 de Julho de 1892) na mesma linha de Figueroa (Galiza-enlace), e, no número a seguir de Agosto do mesmo ano, Waldo Álvarez Insua director de *El Eco de Galícia* da Havana na mesma orientação que Murguia (vid., para este último Ramón Máiz (1984:130).

⁸⁵ Cfr. nota 6.

primeiro número da sua *Revista Lusitana*⁸⁶, em 1887. Significativa e demolidora é a crítica que, no número 2 do Volume I, vai dedicar à *Historia de la Literatura Gallega*, acabada de sair esse ano na Biblioteca Gallega, por considerar o seu autor, ser o idioma da Galiza “pai” do espanhol, o mesmo Besada que já merecera a dura censura de Leite por considerar o português sub-dialecto do galego e a mesma obra que Braga esperava com “vivíssima ansiedade”.

Leite nom deixará de combater qualquer disparate apresentado como legitimador que detectar nos seus amigos galegos⁸⁷, e de reforçar as teses reintegracionistas. Sirva como exemplo o artigo “Língua e Litteratura Gallega”⁸⁸ que escreve em 1888 para *El País Gallego*, número extraordinário de 25 de Julho “con motivo de las solemnes fiestas celebradas en la docta ciudad en honor del santo patrón de las Españas”, publicação que era aproveitada também para a afirmação regionalista, nom faltando colaborações dos habituais Castelar e o futuro Nóbél Echegaray. No seu artigo, que coincide com a polémica lingüística e política desse ano, Leite explicita (num gesto de evidente filologia política) que a consideração que ele dá ao galego (co-dialecto)⁸⁹ é conceder “mais do que lhe concederam muitos philologos que o consideram apenas como dialecto da lingua do meu país⁹⁰”; e valoriza o ressurgimento galego como uma questão de afirmação nacional (o que a Teófilo valera a censura de Pardo Bazán):

⁸⁶ Com efeito, já no seu primeiro número do Volume 1 de 1887, p.95, critica abertamente o espanholismo lingüístico dos fascículos 1 e 2 da revista *Galicia* de Martinez Salazar, com quem mantinha permanente contacto, a começar pela manifesta incoerência entre título e língua utilizada, e afirma o seu posicionamento lingüístico e cultural sobre a unidade galego-portuguesa. Dous números após mostra a sua satisfação pela progressiva galeguização da publicação. Sobre ela volta no número seguinte, o 4, para criticar o acientifismo histórico e filológico com que se estudava a cultura galega. De resto, o seu rigor dá lugar a situações curiosas. Leite chega a intervir, em 1890 (*Revista Lusitana*, Volume II, n.º 1, pp.68 a 73), na polémica desatada com motivo do Ultimato para combater filologicamente as propostas que circulavam na altura consistentes em substituir o nome de *galego*, que reunia as negativas acepções conhecidas, pelo de *inglês* a quem se transvasaria toda a carga pejorativa que suportava o gentílico de aquém-Minho.

⁸⁷ Caso expressivo é o de Florencio Vaamonde, um dos mais destacados reintegracionistas galegos da linha liberal, a quem é dedicada a crítica talvez mais desabrida que podemos ler sobre assuntos galegos na *Revista Lusitana*, no mesmo número em que aparece a dura resenha sobre a obra de Besada. Vaamonde publicara um artigo nos fascículos 5 a 7 da *Galicia* em que pintava um quadro idílico da Galiza pré-romana...

⁸⁸ Umha interessante e pormenorizada análise deste artigo é feita pela Professora Carme Hermida em *Verba*, *op. cit.*

⁸⁹ “Como porém o português é a lingua nacional de um país independente, historicamente definido, e além d’isso o órgão de uma litteratura notabilissima e abundante, ao passo que o gallego se limita ao uso doméstico de uma simples provincia e possui uma litteratura por ora modesta, devemos considerar este último idioma, numa classificação glottologica, como um co-dialecto”.

⁹⁰ A declaração nom deve ser desvalorizada: justificava o cultivo do galego, e postulava o seu desenvolvimento ao lado do português, neste apoiado.

É digno do maior elogio o desenvolvimento litterario que últimamente se tem manifestado na Galliza. A parte illustrada d'este país, cada vez mais ciosa do sentimento nacional, busca todos os meios, o jornal, a poesia, o romance, para dar ao seu idioma pátrio, -o gallêgo- a maior vida e o maior impulso.

Leite aproveita para contestar o facto de que “muitos escriptores suppoem que o *gallego* é um dialecto hispanhol”, e recomendar, como quase sempre, um maior estudo filológico do galego.

Assim entra Leite no córpus argumental regionalista⁹¹; escreve, até, para os jornais galegos intervindo na vida literária do momento. Numha carta de 20 de Agosto deste ano enviada à revista *Galicia* sobre as bases do “Certamen Folk-lórico gallego”, pom em evidência as carências sistémicas regionalistas e a timidez com que o processo, em particular no que dizia respeito a Portugal, se estava a conduzir, e *mexe na ferida* da incoerência e debilidade sistémica regionalista, acertando no alvo da sua ambigüidade e fragilidade perante o espanhol:

No sé porqué no puedan ser también escritos en lengua portuguesa los trabajos presentados. No hay más razón para excluir el portugués que para admitir el castellano, porque, si éste es el idioma oficial de España, el gallego es un co-dialecto del portugués [...] La admisión del idioma oficial de Portugal al Certamen sería una prueba más de la fraternidad que ha unido siempre á gallegos y portugueses⁹².

⁹¹ Por exemplo, o seu nome aparece destacado em *A Monteiro*, por motivo das cartas de adesom a Alfredo Brañas pola publicação de “El Regionalismo. Número 25, 22 de Março de 1890. Cfr. Ramón Máiz, *op. cit.*, 106 ss.).

⁹² Cabe indicar mais uma vez como o discurso destes investigadores portugueses sobre a fraternidade é estabelecido normalmente sobre a base da unidade galego-portuguesa, perante a ambigüidade, quando nom definição sistémica hispano-portuguesa dos seus convizinhos.

7.5. *Alguns reflexos do Ultimato*

O Ultimato inglês impulsionou a atençom a Portugal. Por exemplo o semanário regionalista *A Monteiro* abre o seu número 17, de 25 de Janeiro de 1890, com “Os nosos hirmaus”, censurando acerrimamente a “soberba” de Inglaterra e solidarizando-se com as penúrias lusas; ao mesmo tempo, compreendendo os receios de Portugal face a uma aliança com Espanha, que a conduziram aos interesseiros braços britânicos, A.M. (Amador Montenegro, director da revista), acha ser chegada a altura de esquecer os “medos de perder unha independéncia merecida” e antigos rancores “que se tiveron españoles e portugueses”, para proceder à fraternidade ibérica, em que a Galiza, “a quen Portugal debe, segun di Herculano, a *pobraceón* y-a *língua*, sex’o lazo d’unió n d’entr ambas naciós”.

Españoles, hoxe facémonos eco d’o sentemento xeneral e gallegos dirixímonos ôs nosos irmaus n-un idioma tan parecido o d’eles, que sin dudar aseguramos é o mesmo en que Camoens esquirbiu *Os Luisiadas* [NOTA: D’unha carta esquirt’á Vicetto polo hestoreador portugués Alexandro Herculano, é dino de lêrs’este párrafo, que deben meditar moitos que non saben ou non queren aprepear o qu’ é Galicia y-o qu’ encerra.

‘É Galicia un país altamente sempáteco a Portugal, A Galicia está ô meu modo de ver, en tan Interna coneusión de raza, de tradicións, de costumes y-hastra de configuraceón d’o chan y-en produciós con Portugal (sobre todo co-as nosas provínceas d’o Norte), que con Castilla. *Galicia deunos pobraceón e língua*. Entr’o Miño y-o Mondego tal vez non haxa unha antiga aldea cuyo nome non sex’ a reprodución d’ o nome d’ unha pobraceón galaica, un apelido de famílea nobre que non traig’o seu remoto oríxen d’esa rexión. Cántigas gallegas pasan aínda hoxe por obras d’antiquísimos trovadores portugueses, o que, sin embargo non é imposible. *O portugués non é sinon o dialecto d’o gallego, civilizado e prefeucionado*].

O muitas veces denominado “grande Herculano”, o historiador e literato português mais respeitado, *reconhecia* a comum unidade, e *concedia*, nas frases sublinhadas por A. M., de grande sucesso no

galeguismo posterior, uma autoridade acrescida ao discurso galeguista⁹³.

A. M. conclui renovando os desejos antes expressos (aludindo a Braga, Leite, Martins...?):

Non fai moito tempo qu'un esquirtor portugues, chamando hirmá a Galicia, invitaba ôs dous países á facer mais fortel-os lazos d'amistá. O distinguido esquirtor non suponía, segura-mente, que tan presto un motivo com'este, ib'a persentar acaseón de facer práuticos os seus consellos.

España e Galicia fan hoxe xustícea ôs portugueses e España e Galicia esperan qu'estes han de saber enterpretar aquel sentemento⁹⁴.

Fruto desse ambiente som tamém dous textos do Marquês de Figueroa aparecidos na imprensa da época. O assunto é, em ambos os textos, a reclamação da uniom ibérica, perante o estrangeirismo português que apenas lhe trazia a perda de identidade e da independência.

O primeiro artigo, intitulado “Portugal”, aparece no número 1 de 10 de Novembro de 1890 de *La Pequeña Patria*, acompanhado por esta nota da redacção: “sobre el mismo asunto publicó el Sr. Marquês de Figueroa un extenso artículo en *Les Matineés Espagnoles* que fue traducido al portugués y comentado con frases aludatorias por los periódicos de Lisboa”; o texto está enunciado desde uma atitude pre-dominantemente espanhola e gira em volta da uniom hispánica, atribuindo à Galiza a função mediadora que já conhecemos.

⁹³ Já nesse ano, o poeta García Ferreiro dedica o prólogo da sua obra *Chorimas* (A Corunha, Biblioteca Gallega, Andrés Martínez [Salazar] Editor, 1890) a combater os ataques de Juan Valera (e de P. Bazán, Arévalo, etc.), recorrendo para o seu auxílio à obra de De la Iglesia e de Besada, sem faltar a referência ao “procer inxenio que sostén que Portugal lle debe a Galicia *lingoa e historea*” (p.XVI). E entre os literatos a quem afirma dever gratitude aparece Leite polos elogios à sua *Volvoretas* (p.XV).

⁹⁴ Na publicação nom se apagam os ecos do Ultimato inglês, nem os ataques à monarquia brigantina Cfr. o número 20 de 15 de Fevereiro do mesmo ano.

O segundo é umha “Carta al director de *La Monarquía*” - nome de cabeçalho bem eloquente-, publicada no almanaque que o diário de Ferrol distribuía para o ano 1891. Nele o Marquês concretiza a sua posição regionalista:

Los partidarios de una progresiva descentralización, los que la aplicamos al arte y á las letras buscando en cada región sus manifestaciones propias, -por donde se afirma una personalidad que no ha de limitarse á lo literario,-sin ser factores de ningún propósito separatista, preparamos los caminos á la aproximación de Portugal y España, que tendría su término en la federación.

Fai despois Armada outras considerações similares às de *De la Poesía Gallega*, apoiado em Teófilo Braga e encarecendo que os portugueses “tienen que buscar en las *fontes gallegas* lo que dá origen y carácter a su nacionalidad”, recurso este muito próprio, como sabemos, dos mecanismos de apropriação galeguistas sobre Portugal.

7.6. A consagração galeguista de Oliveira Martins

Dumha ou doutra maneira, Teófilo, Leite, Herculano iam sendo consagrados como elementos *legitimadores* da causa regionalista. Oliveira Martins será-o definitivamente em 1891, e a essa atenção galeguista nom serão alheios os resultados políticos e sociais do Ultimato e o protagonismo de Martins na altura⁹⁵.

Convidado “á apotheose de Rosalía Castro, á admiravel poetisa gallega” (a que também Leite aderira) nos Jogos Florais de Tui, como diz em carta, reproduzida no número 5 de *La Patria Gallega*⁹⁶, a Salvador Cabeza, secretário dos Jogos, nom pode acudir por lhe ter chegado tarde a comunicação. Em troca, escreve essa carta em que nom elude o tratamento da questão nacional, afirmando os traços

⁹⁵ Da atenção ao historiador, como da contínua apropriação de elementos portugueses para explicar a própria realidade, dam conta as seguintes palavras que antecedem à reprodução da carta que Oliveira Martins dirigira dias antes sobre o momento político português ao *Ateneu Comercial* do Porto em *La Patria Gallega*, no seu número 10:

“Toda la prensa se ha ocupado de la notable carta del sabio publicista portugués, señor Oliveira Martins acerca de la situación de Portugal. Nosotros la insertamos con mucho gusto, porque no sólo retrata la situación de aquel país, sino que, sin quererlo, traza de mano maestra el estado de nuestra *feliz* España, y las consideraciones que alega son en su mayor parte aplicables entre nosotros”.

⁹⁶ Esta revista era um projecto unitário entre liberais e tradicionalistas regionalistas da época, que vai acabar, como tantas vezes, em cisom (Máiz 1984: 126).

étnicos e linguísticos que unem galegos e portugueses e a origem galega de Portugal, o que *legitima* os mecanismos de apropriação galeguistas, similares aos que dias mais tarde Murguía utiliza no seu famoso discurso. Oliveira Martins alarga a comunidade galego-portuguesa até ao Mondego, ultrapassando os limites do Douro (ideia em que Castela assentará a identidade galego-portuguesa na culminação e síntese da fase nacionalista de pré-guerra que significa *Sempre em Galiza*):

[...] portugueses e gallegos somos um e o mesmo povo na língua e no sangue [...] Desde o Finisterra pelo menos até ao Mondego, o povo é absolutamente o mesmo, e se não tivesse sido o facto da scisão política pelo Minho, a língua seria absolutamente idêntica. O português não é outra coisa senão o gallego que tomou caracteres próprios com a cultura principalmente quinhentista. Antes, as duas falas não se distinguem.[...]

Portugal porém, tornou-se independente e progrediu aparte, enquanto à Galiza como província da monarquia espanhola ficava com a sua linguagem adscrita às condições de um dialecto pela primazia dada ao castelhano.

Essa independência portuguesa, ninguém o ignora, largos tempos, porém, aspirou à ser a autonomia de todo o oeste e noroeste da península; e ainda hoje, no entrelaçamento das famílias e propriedades dos dois lados do Minho vemos os restos de uma história antiga⁹⁷.

E, após fazer referência a vários episódios em que Portugal pretendeu a união com a Galiza frente a Castela, faz ainda outra declaração fundamental na legitimidade patrimonializadora galega:

As empresas navais que tão grande fizeram Lisboa, prepararam-se no Porto e a semente da força marítima do norte

⁹⁷ É esta uma referência mais explícita (e coerente com o seu pensamento na matéria) da que figura anos antes em *História da Civilização Ibérica*. Ramón Villares (1983: 307), comentando as, em sua autorizada opinião, quase inexistentes relações galego-portuguesas no século XIX, já reparara no facto de considerar Oliveira Martins uma entidade comum à Galiza e ao Norte e centro português.

portuguez ha de ir encontrar-se nos armamentos do bispo de Compostella Gelmires durante o periodo da reconquista.

Galegos somos pois, qualquer que seja o aspecto por onde nos observemos quando olhamos para as nossas origens historicas.

Conta depois uma anedota sobre a identidade de galegos e portugueses sob o rótulo de “gallegos” em Portugal⁹⁸, e conclui com uma frase que informa da sua percepção do movimento *regionalista* como reivindicação nacional:

Ja V.E. ve, portanto, como eu folgaria em me associar a celebração merecidissima que a sua sociedade tem a peito effectuar. O nome da autora dos *Cantares Gallegos*, esse livro em que vibrantemente pulsa a alma nacional, acode a idea de quantos respiram os *Ayres de miña terra* do seu patricio Curros Enriques.

O galeguismo ganhava assim mais umha *auctoritas* pró-unidade galego-portuguesa; em concreto, o trecho que sublinhámos cedo vai ocupar um lugar no conjunto de frases lapidares com que se vai nutrir. Anos passados, a *Revista Gallega* reproduzirá-o em número dedicado à autora galega⁹⁹, como tamém *El Eco* bonaerense no seu número 201, ao lado, em ambos os casos, de uma apreciação da Pardo Bazán (“En los *Cantares Gallegos*, Rosalía de Castro traduce á maravilla el alma del país”).

8. O discurso de Manuel Murguia nos Jogos Forais de Tui (1891): os argumentos do reintegracionismo galeguista

Nesses actos, o lugar central é ocupado polo discurso do já na altura considerado o porta-voz mais autorizado do movimento (embo-

⁹⁸ “Ha annos, residindo eu na Mancha, região onde se confundem os estremenhos e os andaluzes limitrophes, succedida ter sob-as minhas ordens mineiros gallegos e mineiros beirões portuguezes. Pois a gente da terra denominava-os a ambos gallegos -gallegos de España e gallegos de Portugal”. Oliveira Martins foi, com efeito, aos vinte e cinco anos administrador das minas de Santa Eufémia na província de Córdova.

⁹⁹ No número 120 de 27 de Junho de 1897. Nele som transcritas tamém opinions de Pi i Margall, Castelar, o Marquês de Figueiroa, José R. Carracido, Narciso Pérez Reoyo, Emilio A. Villeda Rodríguez, Juan M. Paz Nóvoa e poemas de Teodoro Cuesta (poeta asturiano) e de Joaquin Rubio y Ors, poeta catalám.

ra nom indiscutível), e o seu principal agente canonizador, Manuel Murguia. Foi reproduzido em várias publicações da época, com maior ou menor fidelidade ao mesmo. À transcendência do momento em que esse discurso emblemático foi pronunciado referiu-se no seu discurso Alfredo Brañas, um dos organizadores do Acto:

Galicia esperta, porque non estaba morta, sinón dormida. E que despertar, meu Dios! En menos tempo d'o que pode contarse, fúndase a *Asociación rexionalista*, organízanse os *comités*, ou *xuntas* provinciaes e locais, publícase o seu órgano oficial, establécense os *Xogos Froraes*, e como si esto non fora abondo, lévase a cabo a mais grande, a mais portentosa demostración d'amor que pode dar un povo libre, a apoteosis feita en honor d'a inmortal Musa gallega seña Rosalía Castro de Murguía¹⁰⁰.

O marido de Rosalia apresenta as bases e as expectativas do regionalismo, entre as quais, a relação com Portugal, colocando nomeadamente a língua como centro da identidade e da acção regionalista que postula (a começar pelo uso público da mesma, a primeira vez que o faz)¹⁰¹. O ambiente era propício: Tui, com Portugal ao fundo. O tom da sua proclamação revela a evidência de o regionalista ser um sistema sitiado. E nom faltará, no final, que aqui nom recolhe-mos, a habitual defesa perante os ataques de separatismo.

Estas som as linhas de força reintegracionistas do discurso murguiano, com que concluímos este apertado percurso:

a) a comunidade linguística determina a existência de um sistema intercultural e legitima a diferente nacionalidade:

O noso idioma! o que falaram nossos pais e vamos esquecendo, o que falan os aldeans e nos achamos a ponto de n'entendelo; aquel en que cantaron reys e trovadores; o que, fillo maor d'a pátreia gallega, no-l'a conservou e conserva com' un don d'a providencia; o qu'aínda ten n'os nosos labres, as dozuras e acentos que van ô corazón; o que agora oídes coma si fose un himno religioso; o hermoso, o nobre idioma que d'outro lado de ese rio é léngua oficial que serve á mais de

¹⁰⁰ *La Patria Gallega*, números 7 e 8 de 1891. Tamém cits. segs.

¹⁰¹ R. Máiz, *op. cit.*, p. 282.

vinte millóns d'homos e ten un-ha literatura representada po-1'os nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garrett e d'Herculano; o gallego, en fin, que é o que nos dá dereito â eterna posesión d'a terra en que fomos nados, que nos dí que pois somos un povo distinto, debemos selo.

Apasionada será igualmente a defensa do celtismo que fai nas liñas seguintes. Depois aparece a

b) *apropriaçom* de Camões e a *mitificaçom* das glórias galaicas em beneficio da unidade dos dous povos, unidos por umha *fatalidade* do destino, e a comum origem literária:

Por certo que sendo pra nos o episodio de Inés de Castro n'os *Lusíadas*, un d'os cuadros mais fermosos e patéticos qu'un poeta pode concebir, [] achámolo xa n'o *Siervo[libre de Amor*, de Rodrigues del Padrón], disposto, sentido, expresado, anque brevemente, por tan nobre modo, qu'as inmortaes estrofas de Camoens, parecen ser eco d'aquela narrazón. [...] Sabemos por qué foi esto? N'é que de fixo, qu'o gran poeta lusitano tivese lido as páxinas d'o noso trovador, sinon outra cousa superiore: a voz da sangre e o rincón ond'un foi nado. Obedecendo Camoens e Rodrigues de Padrón ós sentimentos innatos n'o seu povo e n' a i- alma que Dios lles dera, non puderon escapar á fatalidade d'espresion. Ademais quén sabe se con un espírito qu'hoxe non entendemos do todo, respondendo ás tradicións que levaban á don Fernando de Traba á combater po-l'a libertade de Portugal, á don Payo Correa, ben preto d'aquí nado, á conquistar os Algarves, á Xoán d'Andeiro, ô conde de Camiña y ôs nobres de Galicia qu'ô deixá-l a terra íbanse á Portugal -quen sabe s'ambos á dous poetas, fiéies á esa tradición e sentimento, entendían qu'aquela encantadora muller pôido ben ser lazo d'unión antr'os dous povos e c'a sua morte partira pra sempre, o que tal ves fora millor, que non se separase; o qu'aparés xunto n-os cancioneros galecio-portugueses d'a Vaticana; o qu'a y- alma popular levou d'un ô outro confín, sin que poida decirse po-l'a fala, nin pol-'os sentimentos, nin mesmo pol'a historia en que logares había frorecido o trovador, si baix'os d'a vella Galicia, si n'o novo Portugal?

c) A lírica popular, *locus* privilegiado das essências fundadoras da nacionalidade, é compartilhada com Portugal e

d) auxílio da erudição portuguesa:

(...) a y-alma d'o noso povo, late forte e pura, e sincera ná composición popular, mellor quén ningun-ha outra. Pois ben; ved'os romances portugueses e notaredes que son com'os nosos. Somellan duas gotas d'orballo que tembran nun-ha mesma rosa. Veñen d'un-has mesmas fontes nacionaes, e son tan iguáes n'a fala coma n'os sentimentos qu' espresan. Ás veces hastra se compretan. Os restos d'o romance *N-o figueiral, figueiredo*, estos á sua vez d'a epopeya mais por compreto galega -e que conocemos porqu'a erudición portuguesa nol'a conservou por simpre curiosidade literaria- teñen n'a nosa tradición oral, coma quen dí a sua consagrazón [...]

e) patrimonializaçom de Portugal, legitimada na unidade lingüística:

Vede, po-l'ó mesmo, meus señores, si podemos decir con verdade, que nunca, nunca, nunca pagaremos ós nosos hirmans de Portugal o que nos haxan conservado estes e outros recordos, e sobre todo qu'haxan feito d'o noso gallego, un idioma nacional. Mais afertunado qu'o provenzal, encerrado n'a sua comarca propia, non morrerá. N'outro lado d'cceanon onde algúns comprácense, ô torto, ô meu entender, en por a cuna d'as nacións d'o porvir, oirase sempre a léngua que falamos, que vamos esquecendo e que de novo tendrá a vida que meréz, s'é que temos concencia d'os deberes que por propia vontade nos impuxemos. N'a Asia, n'a Africa, n'a mesma Oceanía falarase ô lado d'as que coñece o mundo europeo e dominador. Dios que nos castigou tanto, déunos esta gloria.

f) Murguia fala depois da componente racial ariana que fai deste um país europeu; postula entom a transferêncía intersistémica do sistema portuguêso pola via tradicional(ista), defende novamente o sistema interliterário e etno-lingüístico galego-luso e rejeita as transferências de sistemas estrangeiros; para isso censura como artificioso o referente de oposiçom frente à genuinidade galego-portuguesa. Canonizaçom de Rosalia de Castro:

Así, meus señores, ós esquireiros portugueses modernos, non lles costou nada ser d'o seu tempo, mentras qu'os de Castila e Andalucía, tomando o exterior por cousa pirmeira, describen pro non sinten, pintan pro non penetran n'o íntimo, en fin toman por realidades as sombras qu'os envolven.. Ós nosos poetas modernos foron os pirmeiros que sintiron e expresaron á nota humana. Hoxe mesmo están seguindo ó camiño que lles amonstrou aquela santa muller que foi nai d'os meus fillos, e de quen está tan cheo este meu corazón

No discurso de Murguía concentram-se todas as liñas do desenvolvemento sistémico galeguista relativas ao sistema portugués. O reintegracionismo cultural está presente desde as mesmas orixes galeguistas como traço definidor e legitimador, para cuxa construción teórico-práctica foron importantes as ideas dos eruditos portugueses. E será obxecto de polémica. Já no mesmo ano de 1891, o em aparente antigo aliado Castelar comenta sobre Murguía:

Ese Murguía tiene mucho talento, y escribe a maravilla la lengua castellana, pero está loco. Cuando todo tiende a la concentración, el separarse constituye un crime de lesa humanidad.

E moitos máis tarde, en 1945, Daniel Castelao, o máis reconhecido nacionalista e reintegracionista galego, que, en *Sempre em Galiza* sintetizará as ideas precedentes do galeguismo, focando a réplica de Murguía a Moguel, e referindo-se ao “latente problema galaico-portugués”, dirá

Vean los centralistas que se cubren con el gorro frigio con qué soltura se expresaban en el año 1889 los precursores del actual galeguismo político, y aprendan a estimar nuestro ideal federacionista, que sólo pretende la grandeza de Hispania con sus enormes proyecciones en el mundo futuro, pleno de libertades.

Em boa medida, esses problemas, controversias e definicións continúan presentes na Galiza actual.

A presente edição de
***Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista:
historiadores e filólogos (1880-1891)***
é distribuída pela **GZe-ditora**
projecto editorial electrónico da
Associação Galega da Língua (**AGAL**),
inserido no **Portal Galego da Língua**
<http://www.agal-gz.org>

Títulos publicados:

11. *A Guerra Civil na Galiza: o descobrimento das valas comuns e os romances da Guerra Civil como contra-discursos do esquecimento imposto*
10. *Três contos (e uns trocos)*
9. *Mares de Queijo*
8. *Breves anotações sobre a relação Galiza - Portugal na Banda Desenhada*
7. *A sentença Eichman: A Liberdade de Expressão é mais que uma bandeira*
6. *O "Dia das Letras" no sistema literário galego*
5. *A euro-região económica de Galiza, Norte de Portugal*
4. *Conclusões do "I Fórum da Língua"*
3. *A Guerra Santa, e Petroleira, de Bush Filho*
2. *Declaração da Independência dos Estados Unidos*
1. *Cantares Vaqueiros*
0. *Temporada das Letras*



Coordenação editorial: Valentim R. Fagim

Concepção gráfica: Miguel R. Penas / Revista *Ler história*